

# **FRoNteiRA**

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais

## PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

*Grão-chanceler:* Dom Walmor Oliveira de Azevedo

*Reitor:* Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

*Vice-reitora:* Patrícia Bernardes

*Assessor Especial da Reitoria:* José Tarcísio Amorim

*Chefe de Gabinete do Reitor:* Paulo Roberto de Sousa

*Pró-reitores:* Extensão - Wanderley Chieppe Felippe; Gestão Financeira - Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação - Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura - Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação - Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos - Sérgio Silveira Martins; Arcos - Jorge Sundermann; Barreiro - Renato Moreira Hadad; Betim - Eugênio Batista Leite; Contagem - Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas - Iran Calixto Abrão; São Gabriel - Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Serro e Guanhães - Ronaldo Rajão Santiago



### EDITORA PUC MINAS

*Diretor:* Paulo Agostinho Nogueira Baptista

*Coordenação editorial:* Cláudia Teles de Menezes Teixeira

*Assistente editorial:* Maria Cristina Araújo Rabelo

*Revisão:* Virgínia Mata Machado

*Divulgação:* Danielle de Freitas Mourão

*Comercial:* Maria Aparecida dos Santos Mitraud

*Conselho editorial:* Paulo Agostinho Nogueira Baptista (Diretor); Ângela Vaz Leão (PUC Minas); Caio César Boschi (PUC Minas); João Francisco de Abreu (PUC Minas); Maria Zilda Ferreira Cury (UFMG); Mário Neto Borges (Fapemig); Milton do Nascimento (PUC Minas); Otávio Dulci (PUC Minas); Sérgio de Moraes Hanriot (PUC Minas)

**EDITORA PUC MINAS** • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • 30535-630 • Coração Eucarístico

Tel: (31) 3319.9904 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

e-mail: [editora@pucminas.br](mailto:editora@pucminas.br)

ISSN: 1679-5377

# FRoNteira

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais



Pontifícia Universidade  
Católica de Minas Gerais

Curso de Relações Internacionais

Belo Horizonte  
v. 12 n. 23  
p. 1 - 94  
1º sem. 2013

# FRoNteIRA

## **Conselho executivo**

Prof. Javier Alberto Vadell  
Prof. Leonardo César Souza Ramos  
Bárbara Lopes Campos  
Guilherme di Lorenzo Pires  
Matheus de Abreu Costa Souza  
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes  
Vinícius Tavares de Oliveira

## **Conselho editorial**

Alexandre César Cunha Leite, UEPPB  
Amado Luiz Cervo, UnB  
André Luiz Reis da Silva, UFRGS  
Antônio Carlos Lessa, UnB  
Antônio Jorge Ramalho da Rocha, UnB  
Carlos Augusto Canedo, PUC Minas  
Carlos Aurélio Pimenta Faria, PUC Minas  
Clóvis Brigagão, Ucam  
Domício Proença Júnior, UFRJ  
Eduardo José Viola, UnB  
Eugênio Diniz, PUC Minas  
Flávia de Campos Mello, PUC SP  
Henrique Altemani, UEPPB  
João Pontes Nogueira, PUC Rio  
José Flávio Sombra Saraiva, UnB  
Léa Guimarães Souki, PUC Minas  
Leonardo Nemer Caldeira Brant, PUC Minas  
Marcelo Galuppo, PUC Minas  
Maria Elizabeth Marques, PUC Minas  
Maria Izabel Valladão de Carvalho, UnB  
Miriam Gomes Saraiva, Uerj  
Mônica Herz, PUC Rio  
Nizar Messari, Al Akhawayn University  
Onofre dos Santos Filho, PUC Minas  
Oswaldo Bueno Amorim Filho, PUC Minas  
Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves, PUC Rio  
Paulo José dos Reis Pereira, PUC São Paulo  
Ricardo Seitenfus, UFSM  
Sônia de Camargo, PUC Rio  
Taiane Las Casas Campos, PUC Minas  
Tullo Vigevani, Unesp

## **Apoio**

Departamento de Relações Internacionais  
Chefe: Rodrigo Corrêa Teixeira

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica  
de Minas Gerais

F935 Fronteira: Revista de Iniciação Científica. – v.1, n.1  
(2001-). – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2001- .  
v.

ISSN 1679-5377

Semestral

1. Relações internacionais - Periódicos. I. Pontifícia  
Universidade Católica de Minas Gerais. Curso de Relações  
Internacionais.

CDU: 327(05)

# Sumário

Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) e a implementação de suas propostas radicais por meio do Parlamento Europeu: possibilidade de saída do Reino Unido da União Europeia? _____	6
<i>United Kingdom Independence Party (ukip) and the implementation of their radical proposals through the European Parliament: possibility of the United Kingdom's exit from the European Union?</i>	
Roger Alves Marinho Jean Marcio Felisberto Bassano Carolina Barreto Cristofaro	
A apropriação retórica da ideia de terrorismo _____	24
<i>The Rhetoric Appropriation of the Terrorism Idea</i>	
Ana Carolina Felix Campos Paula Cirino Ribeiro Caetano Rafaella Carnevali Stefânia Rezende Moreira Thaís Caxito Melo Victor Castro de Araújo	
A política externa do Hamas _____	44
<i>The foreign policy of Hamas</i>	
Vanessa Miguel Chamma	
Ganancias absolutas y/o relativas de Estados Unidos y Rusia en el caso Siria _____	69
<i>Absolute and Relative gains of the United State and Russia in the Syria's Case</i>	
Yulieth Martinez Claudia Vásquez	
<i>Sobre os autores</i> _____	193
<i>Chamada de artigos</i> _____	195

# Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) e a implementação de suas propostas radicais por meio do Parlamento Europeu: possibilidade de saída do Reino Unido da União Europeia?

*United Kingdom Independence Party (UKIP) and the implementation of their radical proposals through the European Parliament: possibility of the United Kingdom's exit from the European Union?*

Rogger Alves Marinho  
Jean Marcio Felisberto Bassano  
Carolina Barreto Cristofaro

## Resumo

Por meio de uma análise institucional da inserção e escopo de ação dos partidos políticos no Parlamento Europeu, esse artigo procura discutir a possibilidade de o Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) pôr em prática suas principais propostas, que incluem o fim da contribuição do Reino Unido para o orçamento da União e a saída do país do bloco europeu. O partido é considerado pequeno e de cunho ideológico de extrema direita, tendo se destacado no cenário político devido ao seu desempenho nas últimas eleições para o Parlamento Europeu em 2014, ultrapassando os principais partidos do país em número de cadeiras conquistadas na Casa.

**Palavras chave:** Parlamento Europeu, UKIP, União Europeia, partidos políticos, Reino Unido.

## Abstract

Through an institutional analysis of the political parties' scope of action and insertion in the European Parliament, this paper aims to discuss the possibility of the United Kingdom Independence Party (UKIP) to put into practice its main proposals. Which include the end of United Kingdom's contribution to the EU budget and leaving the European bloc. The party is considered to be small and it has an extreme right-wing nature. Its standout in the political scene is due to its performance in the latest elections to the European Parliament in 2014, when it overtook the major parties of the country in number of seats in the House.

**Key-words:** European Parliament, UKIP, European Union; political parties; United Kingdom.

## Introdução

A crise econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos, que se alastrou para outros países, por meio do sistema financeiro mundial, deu um novo fôlego aos partidos políticos de espectro ideológico de direita e extrema direita, especialmente na Europa. Essa dinâmica está ligada aos impactos sociais e políticos que uma crise econômica pode causar. A incerteza do futuro, o medo da perda de oferta de empregos e a diminuição dos padrões de vida fazem com que nações e países tendam a se fechar, evitando cooperar em certas áreas com os demais e buscando soluções políticas unilaterais para esses problemas (MAMEDE, 2014).

De maneira geral, os partidos de direita e extrema direita têm como centro de suas propostas a defesa do nacionalismo, da economia liberal e da soberania de seus países, assim como a manutenção dos empregos para os cidadãos nacionais e controle rígido dos imigrantes. Essas características fazem com que esses partidos tendam a ser mais bem vistos e votados em momentos de crise e incerteza, especialmente no caso da Europa, que tem enfrentado problemas com ataques terroristas e o fluxo de imigração e refugiados da África e Oriente Médio (IVARSFLATEN; GUDBRANDSEN, 2014; ROODUIJN, 2015).

Mamede (2014) argumenta que os efeitos da crise de 2008 no mercado financeiro tiveram impacto direto em relação à opinião dos cidadãos da Europa a respeito da União Europeia, passando a priorizar, especialmente por meio do voto, partidos de cunho nacionalista e mais eurocéticos (EUROPEAN COMMISSION, 2009). Nesse caso, esse movimento no bloco europeu é ainda mais curioso, já que esses partidos de extrema direita têm ganhado cada vez mais cadeiras no Parlamento Europeu, ou seja, em uma instituição que eles mesmos desacreditam.

Esse artigo procura, portanto, analisar e discutir a inserção desses partidos na União Europeia, utilizando o caso do Reino Unido como *background*, em que o Partido de Independência do Reino Unido (UKIP), considerado de extrema direita, tem ganhado cada vez mais espaço no Parlamento Europeu. Os questionamentos levantados são, nessa dinâmica, sobre a margem de manobra e ação política desse partido envolvendo a União Europeia. Se pode ser, portanto, capaz, ou não, de implementar suas propostas mais radicais, como a saída do Reino Unido da União Eu-

ropeia e o fim dos repasses orçamentários do país à instituição. (WHITAKER; LYNCH, 2011).

Partiremos do entendimento inicial de que o UKIP não tem capacidade direta de implementar suas propostas devido ao limite de ação e áreas de atuação do Parlamento Europeu. Nessa dinâmica, agendas sobre a contribuição orçamentária ou a permanência, ou não, do Reino Unido como membro da União Europeia são discutidas em outras instituições decisórias do bloco, compostas por representantes do partido político no Poder Executivo do país membro, na esfera doméstica.

Buscando responder esses questionamentos o artigo está dividido em três partes, a primeira busca situar o UKIP no cenário político britânico e regional, assim como demonstrar, por meio de dados eleitorais, seu crescimento dentro do Parlamento Europeu e suas propostas mais radicais. A segunda parte discute o escopo de ação e a inserção do Parlamento Europeu no processo de decisão da União Europeia, buscando descobrir se o UKIP poderia conseguir implementar suas propostas por meio de sua projeção na Casa. A última parte do artigo demonstra a influência do Poder Executivo doméstico nas demais instituições decisórias intergovernamentais da União, que efetivamente possuem poder decisório nos tópicos em que as propostas do UKIP se baseiam.

## **UKIP e as eleições de segundo nível para o Parlamento Europeu**

O Reino Unido se tornou membro do bloco europeu em 1973, e desde então apresentou variações em seu posicionamento sobre integrar mais ou não com o bloco. Em grande medida, essa variação era resultante do partido político que estava no Poder Executivo do país, que desde a época da entrada no bloco, tem sido os dois principais, Partido Conservador e Partido Trabalhista - alternadamente. No entanto, apesar de os dois principais alternarem-se no poder no nível doméstico, vencendo as eleições gerais, no plenário, no nível regional, ambos tem perdido espaço desde a eleição para o Parlamento Europeu de 2004 (RIBEIRO, 2014).

A tabela 1 mostra a relação do número de cadeiras conquistadas pelos partidos do Reino Unido no Parlamento Europeu, desde a primeira eleição em 1979. Os dados demonstram que os Partidos Conservador e Trabalhista vêm perdendo projeção dentro do Parlamento, ao mes-



Tabela 1 – Resultados eleitorais dos partidos britânicos no Parlamento Europeu

Partido Político	Eleições para o Parlamento Europeu															
	1979		1984		1989		1994		1999		2004		2009		2014	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Partido Conservador	60	74,0	45	55,5	32	39,5	18	20,7	36	41,4	27	34,6	25	34,7	19	26,0
Partido Trabalhista	17	21,0	32	39,5	45	55,5	62	71,2	29	33,3	19	24,3	13	18	20	27,40
Partido Liberal Democrata	-	-	-	-	-	-	2	2,3	10	11,5	12	15,3	11	15,3	1	1,37
Partido da Independência do Reino Unido (UKIP)	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3,45	12	15,3	13	18,0	24	32,9
Partido Nacional Escocês (SNP)	1	1,23	1	1,23	1	1,23	2	2,3	2	2,3	2	2,56	2	2,7	12	2,74
Partido Democrata Unionista (DUP)	1	1,23	1	1,23	1	1,23	1	1,15	1	1,15	1	1,28	1	1,38	1	1,37
Partido Unionista do Ulster (UUP)	1	1,23	1	1,23	1	1,23	1	1,15	1	1,15	1	1,28	1	1,38	1	1,37
Plaid Cymru	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,3	1	1,28	1	1,38	1	1,37
Partido Social Democrata e Trabalhista (SDLP)	1	1,23	1	1,2	1	1,23	1	1,15	1	1,15	-	-	-	-	-	-
Verdes	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,3	2	2,56	2	2,7	1	1,37
Sinn Féin	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,28	1	1,38	3	4,11
Partido Nacional Britânico (BNP)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,7	-	-
Total de assentos do Reino Unido	81	100	81	100	81	100	87	100	87	100	78	100	72	100	73	100

Fonte: Adaptado de HOUSE OF COMMONS (1999, 2004, 2009); EUROPEAN PARLIAMENT (s/d).

mo tempo que o UKIP vem ganhando cada vez mais cadeiras, mais especificamente em 2009 e 2014, eleições que sucederam os efeitos da crise econômica de 2008. Nas eleições para o Parlamento Europeu de 2014, o partido conquistou 24 cadeiras das 73 destinadas ao país no Parlamento Europeu, obtendo 32,88% dos assentos, superando Conservadores e Trabalhistas (EUROPEAN PARLIAMENT, s/d).

O UKIP foi criado em 1993, tendo deputados eleitos para o Parlamento Europeu desde 1999. Mas de fato, o desempenho do partido no nível regional chamou atenção em 2009, como demonstrado na tabela 1 (WHITAKER; LYNCH, 2011). No entanto, apesar do ótimo desempenho nas eleições de segundo nível, ou regionais, o partido não tem obtido um desempenho expressivo nas eleições gerais, tendo obtido seu primeiro deputado eleito apenas em 2015 (UK PARLIAMENT, s/d; SMITH, 2012).

O aumento da representação do UKIP no Parlamento Europeu está ligado ao contexto de crise, quando suas propostas mais radicais em relação à União Europeia ganham força. O partido é considerado de espectro ideológico de extrema direita, tendo em vista suas propostas de liberalização da economia, cunho nacionalista e atribuição ao fato do Reino Unido ser membro da União Europeia, a causa da imigração de europeus e estrangeiros para o país, retirando emprego dos cidadãos nacionais. Nesse sentido, a proposta central do partido é a saída imediata do Reino Unido da União Europeia, assim como o fim da contribuição do país para a instituição (UKIP MANIFESTO, 2014). Essas propostas são fundadas no argumento de que a União Europeia retira soberania do Reino Unido, traz mais custos do que benefícios, como a perda de empregos, além de o país ter que alocar recursos na União, que poderiam ser destinados à educação e saúde do país, por exemplo (WHITAKER; LYNCH, 2011).

O crescimento do UKIP dentro do Parlamento Europeu, como apresentado acima, é um fato. No entanto é sabido que a União Europeia é uma instituição de integração regional extremamente complexa em suas ramificações e poderes institucionais, assim como áreas de legislação que a mesma possui. Nesse sentido, para o objetivo desse artigo, é necessário que se analise institucionalmente como se dá a inserção e o grau de poder de ação que esses partidos conseguem ao chegarem no Parlamento regional. A próxima seção do artigo está encarregada de demonstrar o desenho institucional e a atuação do Parlamento Europeu na dinâmica da União, dado esse passo analisaremos a inserção dos partidos políticos dentro dela.

## Parlamento Europeu e seu funcionamento na dinâmica da União Europeia

O processo de tomada de decisão do bloco envolve, basicamente, a presença de quatro instituições principais: o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia. O Parlamento e a Comissão possuem um caráter supranacional, enquanto os dois Conselhos são instituições intergovernamentais, embora, segundo Mamede (2014), não haja uma divisão muito rígida entre essas duas categorias – intergovernamental / supranacional.

De modo bem simples, o processo de tomada de decisão na União funciona da seguinte forma: o Conselho Europeu define a direção e as prioridades políticas gerais, mas não exerce funções legislativas. Em princípio, é a Comissão Europeia que propõe nova legislação, e são o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia que as adotam. Seguidamente, os Estados-membros e a Comissão põem-na em prática (UNIÃO EUROPEIA, s/d). No entanto, o Parlamento Europeu é a única instituição da União para qual os cidadãos podem votar diretamente em seus representantes.

Compondo um dos ramos legislativos da União – a Câmara Baixa - o Parlamento Europeu é constituído por 751 deputados, eleitos diretamente desde 1979, pelos cidadãos dos 28 estados-membros do bloco para representar os interesses da população. Os deputados são eleitos por sufrágio direto e universal para um mandato de cinco anos, e todos os cidadãos europeus com mais de 18 anos possuem direito ao voto. Dentro do Parlamento Europeu, todos os Estados-membros possuem representação por meio dos deputados eleitos em número proporcional ao tamanho de sua população, número que pode variar de um mínimo de 6 até o máximo de 96 deputados por Estado (MAMEDE, 2014). Além disso, o Parlamento Europeu realiza 12 vezes ao ano em Estrasburgo suas reuniões principais que são denominadas sessões plenárias. Paralelamente, o órgão mantém comissões parlamentares em Bruxelas, onde também realiza sessões plenárias adicionais e extraordinárias (PARLAMENTO EUROPEU, s/d).

Durante o processo de evolução e consolidação do bloco europeu, o Parlamento sofreu mudanças substanciais em relação as suas funções e ao seu poder dentro da União. Na época de sua constituição, em 1957, o Parlamento não possuía mais do que uma

função de cunho consultiva devido ao grau de supranacionalidade ainda limitado. Com o Ato Único Europeu de 1986, o Parlamento teve seus poderes ampliados, sendo estes consolidados com a assinatura do Tratado de Maastricht no ano de 1992. (REINER, 2013)

Nos dias de hoje, o Parlamento Europeu possui basicamente três funções principais:

1. Partilha com o Conselho a competência para legislar — para aprovar legislação. O fato de ser um órgão diretamente eleito pelos cidadãos garante a legitimidade democrática da legislação europeia.
2. Exerce um controle democrático sobre todas as instituições da UE, especialmente a Comissão. Tem poderes para aprovar ou rejeitar as nomeações do presidente e dos membros da Comissão, e tem o direito de adotar uma moção de censura da Comissão, enquanto um todo.
3. Partilha com o Conselho a autoridade sobre o orçamento da UE, o que significa que pode influenciar as despesas da União. No final do processo orçamental, incumbe-lhe adotar ou rejeitar a totalidade do orçamento. (UNIAO EUROPEIA, 2012, p. 10)

Percebe-se que há um considerável compartilhamento de poder com o Conselho, principalmente na primeira função. Na União, o processo mais utilizado para a adoção de uma legislação é o processo de co-decisão, que coloca Parlamento e o Conselho em igualdade de poderes, sendo os atos legislativos adotados por ambas instituições. Tal processo funciona de forma que uma proposta que é apresentada pela Comissão deve ser adotada de maneira simultânea, tanto pelo Parlamento, quanto pelo Conselho. (UNIÃO EUROPEIA, 2012)

A segunda função acima descrita aponta o poder de controle que possui o Parlamento. Ele possui a prerrogativa de exercer controle sobre as demais instituições e decisões da União Europeia, justamente por ser a instituição que estabelece o vínculo democrático com o cidadão.

Em primeiro lugar, quando uma nova Comissão toma posse, o Parlamento realiza entrevistas com todos os novos membros e presidente da Comissão indigitados (designados pelos Estados-Membros). Não podem ser nomeados sem a aprovação do Parlamento. Por outro lado, a Comissão permanece politicamente responsável perante o Parlamento, que pode aprovar uma moção de censura que implica a demissão de toda a Comissão. Em termos mais gerais, o Parlamento exerce o seu controle através da análise periódica de relatórios enviados pela Comissão e apresentando perguntas orais e escritas. (UNIÃO EUROPEIA, 2012, p. 10)

O Parlamento também exerce controle sobre o orçamento da União Europeia<sup>1</sup>. Com um poder de decisão e elaboração do orçamento do bloco em conjunto com o Conselho da União Europeia, o Parlamento se coloca como um fiscalizador para assegurar que as outras instituições estejam gerindo os recursos de maneira correta e adequada. (REINER, 2013)

### *Inserção, organização e escopo de ação dos partidos políticos*

Apresentadas as funções e os deveres do Parlamento Europeu, passaremos a discutir a organização e a maneira como os atores se inserem dentro da instituição. Em relação à filiação política, apesar de a maioria dos eurodeputados estarem filiados a um partido político no seu país de origem, no interior do Parlamento eles se filiam a grupos políticos existentes no órgão. Atualmente, existem sete grupos políticos, todos alinhados a determinados interesses e ideologias, sendo eles: Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde – GUE/NGL, Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu – S&D, Verdes/Aliança Livre Europeia – Verdes/EFA, Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa – ALDE, Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) – EPP, Conservadores e Reformistas Europeus – ECR, Europa da Liberdade e da Democracia – EFD. Além disso, os deputados podem optar por não se alinhar a nenhum grupo político dentro do Parlamento. (PORTUGAL, s/d)

Dentro desses grupos, os deputados se agrupam não de acordo com suas nacionalidades, mas pelas afinidades políticas que possuem. Para que um grupo seja constituído, faz-se necessário que haja adesão de, pelo menos, 25 membros e que, no mínimo, um quarto dos Estados-membros estejam ali representados. Em relação ao seu funcionamento, cada grupo tem a liberdade de gerir sua organização interna, através da nomeação do seu presidente, de sua mesa diretora e de um secretariado. (UNIÃO EUROPEIA, 2012)

Tradicionalmente, o maior grupo político em número de deputados é o Partido Popular Europeu, seguido da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas. O UKIP, por exemplo, está filiado ao grupo “Europa da Liberdade e da Democracia (EFD)”, como demonstrado na tabela 2, na próxima página. Esse é segundo me-

1. Trataremos mais à frente sobre o processo decisório do orçamento da União, pois a agenda orçamentária consiste em uma das principais propostas do UKIP.

nor grupo dentro da Casa em número de eurodeputados, esse é um fator importante para a análise da capacidade efetiva de ação do partido no plano regional, como trataremos logo mais. Na atual legislatura (2014-2019) os deputados estão organizados, de acordo com o grupo político, como podemos ver também na tabela 2, na próxima página.

Mamede (2014) pontua que diversos estudiosos reconhecem que tais grupos políticos possuem aspectos bem definidos em relação ao seu posicionamento político em duas frentes principais: a distinção esquerda-direita em relação a questões econômicas e sociais, bem como, em relação ao processo de integração da União Europeia.

Com essa composição, o Parlamento, tradicionalmente, realiza uma eleição para sua presidência a cada dois anos e meio, metade da duração de uma legislatura, sendo o presidente responsável por representar a instituição perante os outros órgãos da União e o restante do mundo. (UNIÃO EUROPEIA, 2012).

Tabela 2 - Divisão de deputados por grupo político

Grupo político	Número de deputados
Partido Popular Europeu (PPE)	221
Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no PE (S&D)	191
Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE)	67
Verdes/Aliança Livre Europeia (VERDES/EFA)	50
Conservadores e Reformistas Europeus (ECR)	70
Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL)	52
Europa da Liberdade e da Democracia (EFD)	48
Não inscritos (NA)	52
Total	751

Fonte: Criado pelos autores com dados extraídos de PORTUGAL, s/d.

Após essa explicação do funcionamento do Parlamento Europeu torna-se possível esquematizar o escopo de ação dos partidos nessa instituição regional. Por abarcar uma quantidade grande de deputados e partidos, de todos os países membros da União, fica inviável para um partido político tentar agir unilateralmente. Esse aspecto pode se intensificar, na medida em que, essa ação envolva interesses partidários domésticos, como é o caso do UKIP ao

defender, por exemplo, o fim da contribuição orçamentária do Reino Unido. O que não necessariamente representa o interesse do grupo político como um todo, por mais que possuam similaridades ideológicas. Nesse sentido, ainda que o UKIP consiga mobilizar os demais membros de seu grupo, outro fator que poderia dificultar seu objetivo está ligado ao número de parlamentares pertencentes ao seu grupo de filiação, o segundo menor da Casa, como exposto previamente.

No que tange à questão dos poderes do Parlamento na dinâmica da União, por mais que eles tenham sido aumentados é necessário que a instituição tenha uma composição minimamente uniforme para que se possa tentar conseguir alguma mudança significativa em alguma política, ou efetivamente, barrar o processo de integração da instituição. E, no entanto, como discutimos, o Parlamento não toma essa decisão sozinho, existe uma interdependência institucional decisória no bloco.

Veremos a seguir que são prerrogativas de outras instituições da União decidir acerca de contribuições orçamentárias, renegociação de cláusulas de tratados ou até mesmo sobre uma eventual saída de algum país do bloco; instituições essas, em que o caráter decisório é muito mais intergovernamental. Ou seja, nessa dinâmica independente de um partido político conseguir muitas cadeiras ou não no Parlamento Europeu, as negociações e decisões intergovernamentais são realizadas com preponderância do Poder Executivo doméstico dos países membros, ao indicar parlamentares que comporão essas instituições regionais.

## **O poder executivo doméstico e as instâncias do Conselho da União Europeia, Comissão Europeia e Conselho Europeu**

Reforçamos aqui que não há intenção em explicar de maneira detalhada as competências e como as instituições da União se articulam. O intuito é o de esquematizar a relação e o escopo de ação das instituições, vinculando-as com o poder que o partido político no Executivo possui, na esfera doméstica, independente de existirem eleições diretas ou não para essas instituições. Como mencionado anteriormente, hoje a União possui um sistema de freios e contrapesos reforçado, especialmente, após o Tratado de Lisboa (2007), em que os poderes do Parlamento e do Conselho da União

Europeia foram equiparados, constituindo um sistema bicameral. Nesse sentido ambos os órgãos funcionam como o legislativo da União (MAMEDE, 2014).

Cada país membro se faz representado no Conselho da União Europeia, conhecido também como Conselho de Ministros, por meio de indicação de seus secretários ou ministros, o que torna esta instituição ao mesmo tempo supranacional e intergovernamental. A presidência da instituição é rotativa, em que cada Estado-membro tem de tempos em tempos seu representante na presidência, durante seis meses. Dentre as principais funções do Conselho de Ministros estão as de debater, emendar, rejeitar ou aprovar propostas de legislação feitas pela Comissão, exercendo, portanto, funções legislativas. No entanto, como é difícil separar bem as funções das instituições, o Conselho também possui algumas funções executivas, como coordenação de políticas econômicas dos países do bloco, assim como a de Segurança Comum e Política Externa, assinar acordos entre a União e terceiros, além de aprovar o orçamento da União em conjunto com o Parlamento (MAMEDE, 2014).

A Comissão Europeia seria o órgão Executivo da União, por sua vez, é composta pelo presidente e outros 28 comissários com um mandato de cinco anos, representando cada Estado-membro da União Europeia. Todos são escolhidos pelo Conselho Europeu e sujeitos a aprovação pelo Parlamento. A Comissão é conhecida como a “Guardiã dos Tratados”, pois uma de suas funções é zelar pela aplicação dos mesmos (MAMEDE, 2014). Ela possui um papel essencial para o processo de desenvolvimento e integração da União. Pois a instituição possui a prerrogativa de iniciar a legislação, além da função de executar as decisões tomadas pelas demais instituições do bloco. É, ainda, detentora do poder de decidir se as propostas de modificação dos acordos já estabelecidos, que são demandadas pelo Conselho Europeu, estão dentro do estabelecido nos Tratados do bloco (MELO, 2010).

Já o Conselho Europeu é composto pelos chefes de Estado dos países membros da União Europeia, além do presidente da Comissão. O Conselho não tem a prerrogativa de legislar, mas desempenha um papel importante ao definir o calendário com os objetivos concretos da União, impactando assim nos trabalhos da Comissão, Parlamento e Conselho da União Europeia. Além disso, o Conselho deve indicar os comissários e o presidente que comporão a Comissão Europeia, com a aprovação do Parlamento (MAMEDE, 2014).



As instituições europeias são importantes no processo de barganha dos interesses dos Estados. E no caso das instituições expostas acima fica clara a preponderância do Executivo dos países membros, mesmo que a decisão não seja tomada de forma unilateral. O governo central doméstico possui muito mais controle dos interesses que serão representados no âmbito regional, ao indicarem representantes ou simplesmente com o Chefe do Executivo comparecendo a reuniões do Conselho Europeu, por exemplo.

É essa dinâmica que sugere que a União Europeia deve, segundo Melo (2010:3), “ser analisada através da formação de preferências nacionais e interações estratégicas intergovernamentais. Tais preferências são determinadas através de uma análise de custos e benefícios em relação à interdependência econômica”. Dessa forma, é importante apontar os pressupostos usados para determinar essa lógica, sendo elas que: (1) os atores são racionais e que eles interagem com grupos com interesses afins aos seus; (2) os governos representam os interesses da população que o elegeu, e; (3) o modo como os Estados interagem uns com os outros reflete suas respectivas naturezas e interesses estatais (MELO, 2010).

Essa representatividade dos interesses exercida por meio dos governos, como é o caso do Reino Unido, impactam nas decisões de instituições como o Conselho Europeu, Conselho de Ministros e Comissão Europeia. Desse modo os países conseguem barganhar nos acordos e tratados feitos pela União, refletindo não só os interesses nacionais, mas também os do partido político no poder. De modo comparativo, o partido político que está no Poder Executivo doméstico possui margem de ação muito maior para discutir suas contribuições orçamentárias ou uma eventual saída do bloco do que ao ganhar cadeiras no Parlamento Europeu.

### *O poder decisório sobre o orçamento da União Europeia e a saída de Estados membros*

Cabe agora, portanto, discutirmos como é decidido o orçamento da União e a eventual saída de um Estado-membro, desse modo poderemos descobrir como se dá o escopo de ação dos partidos políticos e das instituições nessa dinâmica. Como discutimos previamente, o UKIP propõe o fim dos repasses do Reino Unido para o bloco e para muitos, ao saber que o Parlamento Europeu possui poder de decisão no processo de aprovação do orçamento,

pode parecer que o partido possui, de fato, poder para barrar as contribuições do país. Mas na prática isso não ocorre. O orçamento é extremamente importante para o funcionamento da União Europeia, portanto, existe um processo que perpassa todas as principais instituições para sua aprovação. No entanto, demonstraremos que cabe apenas ao governo central doméstico discutir as questões envolvendo a contribuição dos países para a União. (EUROPEAN COMMISSION, s/d, a).

O orçamento é dividido em duas categorias de acordo com a origem dos recursos, a primeira é chamada de recursos de natureza ou próprios, esses são rendimentos provindos das políticas da própria União; e a segunda categoria são os recursos de origem dos Estados-membros, provindos através de contribuições. O segundo tipo chega a corresponder a cerca de 80% do orçamento total, e está subdividido em Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e a taxa de contribuição com base no Rendimento Bruto Nacional (RNB) de cada país membro. Esse recurso é calculado levando em conta a diferença entre as despesas da União e todos os outros recursos orçamentais, portanto, as contribuições desempenham a função de complementar o orçamento (FERNANDES, 2012), o que significa que as taxas para os países podem variar de ano para ano (EUROPEAN COMMISSION, s/d, b).

O pontapé inicial para a aprovação do orçamento anual da União é dado pela Comissão Europeia. A Comissão prepara o texto inicial, com a origem e valor do montante para o orçamento, assim como a destinação e alocação do mesmo, e o encaminha ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia. Por meio do sistema de co-decisão, ambas as Casas podem emendar o texto inicial, e caso haja divergência entre elas um comitê de conciliação é criado para que as partes entrem em acordo. Caso o acordo aconteça, o orçamento é encaminhado para aprovação, caso não ocorra, ele é descartado para que uma nova proposta seja feita (EUROPEAN COMMISSION, s/d, a). No entanto, não cabe ao Parlamento ou ao Conselho de Ministros dizer se algum país membro deve contribuir mais ou menos no orçamento da União, pois os critérios já estão pré-definidos.

É importante sabermos que esses arranjos decisórios do orçamento da União provem de uma série de negociações e reformas que ocorreram ao longo dos anos. Nesse sentido, existe uma base jurídica a qual os Estados-membros concordam e se comprometem

a arcar com suas obrigações nesse tópico da integração, inclusive por meio da ratificação interna dessas contribuições. Fica evidente, nesse sentido, que as contribuições não possuem caráter de doação, mas sim de obrigação para com a instituição, possuindo critérios e coeficientes de cálculo bem claros quanto ao seu pagamento. Isso evidencia que a proposta de encerrar as contribuições do país para a União é impossível de ser implementada por meio do Parlamento Europeu, por exemplo.

No entanto, podemos nos questionar a respeito de um cenário em que o UKIP tentasse diminuir ou renegociar o valor dessas contribuições, nesse sentido mesmo que o partido decidisse agir diretamente nesse tópico, tentando reduzir gradativamente as obrigações orçamentárias do Reino Unido, ele fracassaria. Primeiro porque não cabe ao Parlamento Europeu esse poder específico sobre o orçamento, como negociar contribuições dos membros; segundo por conta da existência das questões que envolvem a base jurídica que os Tratados da União possuem e não devendo ser descumpridos.

No entanto, cabe dizer e exemplificar que a margem de manobra e negociação nesse tópico do orçamento existe, mas fora do escopo de ação do Parlamento Europeu. No Conselho Europeu de 1984 em Fontainebleau, a então, Primeira Ministra britânica, Margaret Thatcher conseguiu a aprovação de um mecanismo de compensação/correção relativo ao desequilíbrio gerado pela Política Agrícola Comum (PAC). Dessa maneira o Reino Unido recebe uma compensação de 0,66% sobre o valor da taxa de contribuição do país (FERNANDES, 2012). Esse exemplo corrobora a ideia da preponderância do Poder Executivo doméstico sobre uma maior margem de barganha nas instituições europeias.

Por fim, a proposta mais radical do UKIP é a respeito da defesa da saída imediata do Reino Unido da União. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2008, o novo mecanismo que possibilita a saída voluntária de um Estado membro da União foi introduzido por meio do artigo 50. Não significa, necessariamente, que a possibilidade de se retirar da União era inexistente, só não contava antes com um mecanismo claro e que demonstrasse todos os passos a serem seguidos no processo. Nesse sentido, a primeira coisa a se fazer, caso um Estado-membro queira sair da União é comunicar a intenção ao Conselho Europeu, ou seja, o chefe do governo do país deve informar aos demais essa intenção. Depois desse passo a União negocia e celebra os termos de saída, assim como se darão as

futuras relações da União com o país. Por fim, dever-se-á aprovar a saída e os termos por maioria qualificada no Conselho Europeu e demais instituições. O processo é concluído mediante aos trâmites de qualquer outro acordo internacional firmado pela União, a única diferença é que o Estado solicitante não participa nas decisões ou deliberações do Conselho Europeu e de Ministros (PATRÃO, 2010). Fica evidente, portanto que o UKIP não possui poder para solicitar ou deliberar a saída do Reino Unido da União Europeia, mesmo que ele possua maior número de eurodeputados no Parlamento Europeu, se comparado aos demais partidos do país.

## Conclusão

Esse artigo buscou discutir a relação do UKIP e sua capacidade efetiva de implementar suas propostas mais radicais, como a saída do Reino Unido da União Europeia e fim dos repasses orçamentários do país à instituição. Discutiu-se que, por mais que o UKIP tenha se destacado nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, em detrimento do número de cadeiras alcançado na casa, demonstrou-se, por meio da análise institucional, que é pouco provável que o mesmo consiga implementar suas propostas de maneira direta, agindo por meio do Parlamento Europeu.

A União Europeia é uma organização extremante complexa em seus arranjos institucionais e decisórios, nesse sentido, o Parlamento, por mais que participe do processo decisório, não o toma decisões por si só. Além disso, as propostas de mudança que o UKIP defende não estão dentro das atribuições e competências do Parlamento, mas sim em outras instituições decisórias, como o Conselho Europeu. Essa instituição, que possui um caráter de decisão mais intergovernamental, é composta pelos líderes dos governos dos Estados-membros. Desse modo pouco importa se um partido doméstico possui maior representação no Parlamento Europeu, já que essas questões são decididas pelo governo doméstico dos Estados.

Dessa forma, corroborou-se a hipótese de que o UKIP não tem capacidade direta de implementar suas propostas devido ao limite de ação e áreas de atuação do Parlamento Europeu. Pois discutir a contribuição orçamentária do Reino Unido, ou a saída do bloco são feitas no Conselho Europeu, por exemplo.

No entanto, pode-se indagar que, mesmo o partido não conseguindo implementar suas propostas diretamente, acreditamos que

seu desempenho possa servir como uma espécie de alerta para os partidos que efetivamente podem mudar algo. Como salientamos o UKIP não possui grande representação na esfera doméstica. Mas o crescente apoio da população por meio do voto nas eleições europeias pode significar que o povo esteja, de certo modo, concordando com o que o partido defende, o que pode acabar gerando uma espécie de pressão por mudanças nas políticas do país em relação à União Europeia.

## Referências

BEVIER, Mark; DADDOW, Oliver; HALL, Ian. Introduction: Interpreting British Foreign Policy. **The British Journal of Politics and International Relations (BJPIR)**, vol. 15, n. 2, p. 163-174, 2012.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malhadeiros Editores, 10 ed., p. 415-446, 2000.

EUROPEAN COMMISSION. **Budget – How is the budget decided?**. Sem data [s.d], a. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/budget/explained/management/deciding/decide\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/budget/explained/management/deciding/decide_en.cfm)>. Acesso em: 1 fev. 2016.

EUROPEAN COMMISSION. **Financial Programming and Budget – EU Budget in my country**. Sem data [s.d], b. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/budget/mycountry/UK/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/budget/mycountry/UK/index_en.cfm)>. Acesso em: 1 fev. 2016.

EUROPEAN COMMISSION. **Special Eurobarometer – The Europeans in 2009**. Julho 2009. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_308\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_308_en.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Results of the 2014 European elections**. Sem data [s.d]. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/en/election-results-2014.html>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

FERNANDES; José Pedro Teixeira. **Elementos de Economia Política Internacional**. Coimbra: Grupo Almeida, 2 ed., 2012.

HALL, Ian. Building the Global Network? The Reform of the Foreign and Commonwealth Office under New Labour **The British Journal of Politics and International Relations (BJPIR)**, vol. 15, n. 2, p. 228-245, 2013.

HOUSE OF COMMONS. **Elections to the European Parliament – June 1999**. Library: Research paper 99/64, 21 jun. 1999.

HOUSE OF COMMONS. **European Parliament elections 1979 to 1994**. Library: Research paper 99/57, 2 jun. 1999.

HOUSE OF COMMONS. **European Parliament elections 2004**. Library: Research paper 04/50, 23 jun. 2004.

HOUSE OF COMMONS. **European Parliament elections 2009**. Library: Research paper 09/53, 17 jun. 2009.

IVARSFLATEN, Elizabeth; GUDBRANDSEN, Frøy. The populist radical right in western Europe. In: LOVE, Juliet (Edit.). **Europa Regional Surveys of the world: western Europe 2014**. Londres: Routledge, 17 ed., 2014.

MALAMUD, Andrés; SOUSA, Luís de. Paramentos supranacionais na Europa e na América Latina: entre o fortalecimento e a irrelevância. **Contexto Internacional**, n. 2, vol. 27, p.369-412, 2005.

MAMEDE, Anna Paula Ribeiro Araujo. **Procedimentos Democráticos, Resultados Conservadores?** Os novos poderes institucionais do Parlamento Europeu e a Política Migratória Europeia após o Tratado de Lisboa. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Belo Horizonte.

MELO, Verônica Vaz de. As negociações do Ato Único Europeu: A importância dos governos nacionais e da Comissão Européia neste processo. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 72, jan 2010. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7009](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7009)>. Acesso em: 20 mai 2015.

PARLAMENTO EUROPEU. **Organização e Funcionamento**. Sem data [s.d]. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/20150201P-VL00010/Organiza%C3%A7%C3%A3o-e-funcionamento>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

PARLIAMENT UK. **Current State of the Parties**. Sem data [s.d]. Disponível em: <<http://www.parliament.uk/mps-lords-and-offices/mps/current-state-of-the-parties/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

PATRÃO, Afonso. O direito de abandonar a União Europeia à luz do Tratado de Lisboa: a extinção do direito de livremente abandonar a União? In: **Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias**. Coimbra Editora, vol. 4, n. 101, p. 755-794, 2010.

PORTUGAL. Assembleia da República. Sem data [s.d]. **Instituições Europeias e Órgãos Consultivos da União**. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/europa/Paginas/InstituicoesEuropeias.aspx>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

REINER, Lúcio. **Parlamento Europeu: História, Composição e objetivos**. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema3/pdf/306192.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

RIBEIRO, Renato Tonia. **The winner takes it all: o problema da representatividade no Sistema eleitoral do Reino Unido**: contribuições da Universidade Estadual Paulista. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

ROODUIJN, Matthijs. The rise of the populist radical right in Western Europe. **European View**, v. 14, n. 1, p. 3-11, jun. 2015.

SMITH, Julie. A Missed Opportunity? New Labour's European Policy 1997-2005. **International Affairs**, n. 81, p. 703-721, 2005.

SMITH, Julie. The European Dividing Line in Party Politics. **International Affairs**, n. 88, p. 1277-1295, 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2012.01132.x/abstract>>. Acesso em: 20 mai. 2015

UNIÃO EUROPEIA. **Compreender as políticas da União Europeia:** Como Funciona a União Europeia. Julho 2012. Disponível em: <<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000051001-000052000/000051475.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

UNIÃO EUROPEIA. **Ato Único Europeu.** Sem data [s.d]. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/treaties\\_singleact\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2015

UNITED KINGDOM GOVERNMENT. **Ministers.** Sem data [s.d]. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/ministers>>. Acesso em: 19 abr. 2015

UK PARLIAMENT. **General elections 2015.** Sem data [s.d]. Disponível em: <<http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-7186#fullreport>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

UKIP MANIFESTO. **Believe in Britain.** 2015. Disponível em: <<https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/ukipdev/pages/1103/attachments/original/1429295050/UKIPManifesto2015.pdf?1429295050>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

UKIP MANIFESTO. **Create an earthquake.** 2014. Disponível em: <<https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/themes/5308a93901925b5b09000002/attachments/original/1398869254/EuroManifestoLaunch.pdf?1398869254>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

WHITAKER, Richard; LYNCH, Philip. **Explaining support for the UK Independence Party at the 2009 European Parliament elections.** Working Paper, março 2011. Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Leicester. Disponível em: <<https://www2.le.ac.uk/departments/politics/documents/centre-right/UKIPvoteworkingpaper-1.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

# A apropriação retórica da ideia de terrorismo

## *The Rhetoric Appropriation of the Terrorism Idea*

Ana Carolina Felix Campos  
Paula Cirino Ribeiro Caetano  
Rafaella Carnevali  
Stefânia Rezende Moreira  
Thaís Caxito Melo  
Victor Castro de Araújo

### Resumo

Este artigo propõe-se a apresentar a relação existente entre o desespero ontológico, decorrente da extrema racionalização do Ocidente, e a construção retórica da identidade estadunidense, após os ataques do 11 de Setembro de 2001. Assume-se que tal construção se deu através da rejeição de tudo aquilo que representava o "OUTRO" (grupos terroristas e regimes antidemocráticos que os apoiavam) em contraposição à noção do "EU" (democrático e defensor das causas liberais). Para tanto, lança-se mão do arcabouço teórico filosófico acerca da substituição do mito simbólico em mito significante, bem como da perspectiva pós-estruturalista das Relações Internacionais, que enxerga a linguagem como responsável pela formação da identidade nacional.

**Palavras-Chave:** identidade estadunidense, desespero ontológico, mito, pós-estruturalismo, terrorismo, discurso, retórica.

### Abstract

This article aims to present the relationship between the ontological despair, arising from extreme rationalization of the West, and the rhetorical construction of American identity, after the attacks of September 11th, 2001. It is assumed that such a construction was given by the rejection of everything that represented the "OTHER" (terrorist groups and undemocratic regimes that supported them) as opposed to the notion of "I" (democratic and advocate of liberal causes). For both, launches hand of theoretical philosophical framework to do the replacement of symbolic myth to significant myth as well as the post-structuralist perspective of International Relations, which sees language as responsible for the formation of identity.

**Keywords:** american identity, ontological despair, myth, post-structuralism, terrorism, speech, rhetoric.



## Introdução

O presente artigo pretende estabelecer uma ligação entre o vazio ontológico, característico da modernidade, e a construção retórica de uma identidade coletiva. Essa conexão se dá na medida em que a excessiva racionalização presente na modernidade é responsável por gerar um desespero ontológico que cria momentos propícios para a utilização de meios retóricos. Forja-se a partir daí, um mito significante, que irá servir como base da identidade nacional dos Estados modernos (GUSDORF, 1980).

Posto isso, pretende-se analisar brevemente a maneira com a qual o governo estadunidense lançou mão de uma retórica discursiva objetivando o reforço da sua identidade após os ataques de 11 de Setembro de 2001. Busca-se, com isso, observar a forma com a qual a reapropriação do termo ‘terrorismo’ foi utilizada pelos Estados Unidos através da negação da noção de “OUTRO” (violento e antidemocrático) em contrapartida a Sua noção de “EU” (defensor das causas liberais e da democracia), para a construção da sua identidade nacional (RESENDE, 2011). Consequentemente, o discurso referido pode ser percebido como um possível instrumento de coesão. Essa retórica só se torna possível na medida em que se observa na sociedade estadunidense, anteriormente aos ataques, a ausência de uma figura de “inimigo” e a substituição do mito simbólico em significante permitindo, assim, o enfraquecimento da unidade nacional. A sociedade, então, torna-se mais suscetível a apropriar-se dessa construção forjada do mito (CUNHA, 1992).

Dados esses fatores, é importante para a análise em questão compreender o cenário anterior aos atentados de 11 de Setembro de 2001, como também o período até a invasão do Iraque em 2003. Ciente dessa necessidade, o presente trabalho inicia-se com a apresentada as bases gerais da teoria pós-estruturalista das Relações Internacionais, tendo como foco as dicotomias presentes entre o “EU” a partir da negação do “OUTRO”. Em seguida, é feita uma breve análise de discursos dos presidentes George Bush (“Bush Pai”), ‘Bill’ Clinton e George W. Bush (“Bush Filho”). Utilizou-se apenas pronunciamentos oficiais de maneira a expor a retórica do governo estadunidense do fim da Guerra Fria até pós os ataques do 11 de Setembro para demonstrar como é dada a dicotomia entre o “EU” e o “OUTRO” nesses discursos. Posteriormente, será exposto o argumento filosófico acerca do mito e a justificativa da condição de

desespero ontológico da sociedade moderna. Após, baseando-se nas ferramentas citadas anteriormente, explica-se como o governo estadunidense foi capaz de legitimar a “Guerra ao Terror” pelo uso da retórica-discursiva em seu território. A seguir, serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

### **O Pós-Estruturalismo: as dicotomias da construção do “EU” a partir da negação do “OUTRO” e a representação da realidade pelo discurso.**

A teoria Pós-Estruturalista, inspirada na filosofia francesa da década de 60, aplicada à teoria de Relações Internacionais, parte do pressuposto de que a produção de conhecimento tem como objetivo revelar as estruturas de significados presentes nos objetos e/ou fenômenos analisados. Tais estruturas são formadas por zonas instáveis de contradições, movimentos e aporias que, conseqüentemente, são cruciais para a formação de sentido do elemento estudado. Sendo assim, a formação de sentido para os teóricos do pós-estruturalismo se dá de maneira a denunciar quais são essas contradições e aporias (MENDES & FURTADO, 2012).

Mendes e Furtado (2012) explicam:

Conhecer um fenômeno para o Pós-Estruturalismo não significa representar sua lógica estável de funcionamento, e sim, produzir sentido sobre o mesmo levando em conta suas instabilidades e sua inserção no processo de constante movimento que acompanha a consciência da realidade (p.207) <sup>1</sup>.

A teoria enfatiza a linguagem como um sistema de significação responsável pela origem da construção do “eu”. Esse sistema é fundamentalmente um fenômeno social que ocorre por meio de conversas, escritas e discursos. Estes podem ter seus significados modificados ao longo do tempo, variando de contexto para contexto e de pessoa para pessoa, sendo sócio e politicamente (des)construídos (NOGUEIRA, 2001).

O pós-estruturalismo, de acordo com Nogueira (2001), se apresenta como anti-humanista, rejeitando a ideia recorrente de um *self* coerente e unificado. Para essa teoria, o *self* está em cons-

1. Segundo Mendes e Furtado (2012), A realidade para o Pós-Estruturalismo é aquilo que é percebido como real e varia de indivíduo para indivíduo. Portanto, não se pode assim traduzir a realidade apenas em um contexto material em detrimento à percepção do indivíduo.

tante movimento, pois é produto direto da linguagem e das interações sociais. Nesse sentido, é a força construtiva da linguagem aplicada à interação social que dá origem a uma identidade temporária, fragmentada e mutável, tornando-se o foco da mudança, tanto pessoal quanto social. Tendo como base essa ideia, teóricos pós-estruturalistas deslocam seus centros de atenção da pessoa individual para a esfera social, ou seja, as explicações para o mundo social são encontradas olhando-se para o espaço linguístico que o indivíduo compartilha com os outros indivíduos. Assim, a linguagem torna-se o local onde as identidades podem ser modificadas. Conseqüentemente, a experiência pessoal também se torna mutável, já que esta se estrutura por meio da linguagem e, dessa forma, não possui significados fixos.

Consoante Resende (2011), um dos principais pensadores e formadores da crítica pós-estruturalista é Jacques Derridá, que propõe que os significados dos fenômenos e objetos que se pretende analisar não são dados pelas suas essências, mas sim por processos de diferenciação entre os elementos formadores das dicotomias. Ou seja, a produção de conhecimento se dá a partir das contradições presentes nesses fenômenos.

Derridá considera que a realidade é uma construção engendrada a partir de práticas dicotômicas como bem e mal, vida e morte, na qual o discurso privilegia o primeiro elemento em detrimento do outro, considerado indesejável, negativo (RESENDE, 2011). A realidade é então uma representação social determinada a partir do discurso, pois para Resende (2011) “diferentes discursos competem entre si para fixar, estabilizar e naturalizar os sistemas de representação” (p. 49).

Sendo assim, lastreada nos conceito de Jacques Derridá, a realidade social do mundo moderno para os pós-estruturalistas é formada por representações que almejam um sentido de verdade. Ao recorrer à linguagem discursiva, uma representação dessa realidade é formada e “entendida como um texto produzido por práticas discursivas interessadas em criar sistemas de significados que orientem e legitimem a ação política” (RESENDE, 2011, p. 50).

O pós-estruturalista David Campbell é o responsável por aplicar as ideias de Derridá para as Relações Internacionais. Segundo este autor, os discursos de política externa reproduzem a identidade de um Estado e assim reafirmam sua existência no Sistema Internacional.

Se a identidade dos “nacionais verdadeiros” permanece intrinsecamente elusiva e “inorgânica”, esta só pode ser assegurada pela demarcação ideológica contínua e efetiva daqueles que são “falsos” para os ideais definidos. (CAMPBELL, 1992, p. 105, tradução nossa).

Quando os mesmos sentem que suas identidades estão sob ameaça, como um meio de autodefesa, perpetuam o medo em sua população através de “discursos de perigo”, a fim de “reforçar fronteiras, excluir o diferente e disciplinarizar o corpo interno com base em representações do que seria a identidade nacional a ser assegurada e protegida” (RESENDE, 2011, p. 82).

Como uma comunidade imaginada, a identidade de um Estado é efeito de performances ritualizadas e de práticas formais que operam em seu nome ou a serviço de seus ideais. Discursos de perigos e os poderes éticos multifacetados de segregação (...) são estimulados pelo ideal regulador do normal/patológico, e que (particularmente sob a forma de Política Externa) estabelecem uma geografia do mal que define os limites de dentro/fora (CAMPBELL, 1992, p. 14, tradução nossa).

Dessa maneira, são as preocupações morais responsáveis por naturalizar o *self* (como normal, saudável, civilizado, ou igualmente positivo) tornando o outro estranho (como patológico, doente, bárbaro, ou igualmente negativo). (CAMPBELL, 1992). A diferença do “OUTRO”, tido como indesejável, torna-se essencial para a afirmação do “EU”/*self* e assim justifica a existência do Estado em si (RESENDE, 2011).

Campbell rejeita a ideia de nação como precedente ao Estado, ou seja, a ideia do nacionalismo como base para a legitimação da existência estatal. O Estado não possui status ontológico, tendo, por isso, a necessidade de se reproduzir constantemente através de discursos, pois sua essência é a identidade e esta não pode ser considerada fixa (RESENDE, 2011).

A política externa torna-se um meio eficaz na reprodução das condições de existência do Estado, pela sua capacidade de construir o externo, a partir da exposição do que está de fora como sendo uma fonte de perigo, legitimando assim a presença da autoridade estatal.

Trata-se de uma prática política para a *produção da diferença*, em relação a atores e eventos, *com base em uma matriz identitária nacional*. E identidade nacional, conforme sustentado por Campbell, não se refere necessariamente às supostas características de uma nação, e sim às *práticas de exclusão, de marginalização, de vigilância*

*e de punição que normalizam o corpo interno do Estado* (RESENDE, 2011, p. 86, *Grifo nosso*).

Campbell (1992), portanto, entende que a pós- modernidade colocou as identidades nacionais em xeque, enfatizando assim, o papel dos Estados ao utilizarem da política externa como autodefesa, de maneira a garantirem sua própria existência e assegurarem a identidade nacional.

## **A Análise de Discursos: Do final da Guerra-Fria ao Pós- 11 de Setembro**

Segundo Lene Hansen (2006) a linguagem representa um campo da prática social e política, pois por ser ontologicamente significativa, promove a construção de uma identidade particular para as coisas. Nessa perspectiva, torna-se impossível compreender o conceito de identidade sem que se leve em consideração o processo em que esta foi discursivamente construída. Isso porque a percepção/construção da realidade individual está associada a aquilo que o agente apreende dos discursos que lhe são emitidos. Considerando que a linguagem é a única forma de se apreender a realidade, então a construção das identidades é feita dentro de uma estrutura fixa, ou seja, ela é baseada no contexto, atores e interesses envolvidos, em que os elementos discursivos representam um importante papel no entendimento de como essas construções são feitas (LEITE, 2013).

Sendo assim, a linguagem e os discursos são importantes ferramentas para que se torne possível a compreensão da construção da narrativa do “EU” e do “OUTRO”, através de um processo baseado na alteridade e complementaridade. De acordo com Hansen (2006), a segurança possui uma dupla exigência ontológica, pois ao mesmo tempo em que o Estado precisa estar seguro, ele também necessitava da imagem contraposta do “OUTRO” como ameaça a sua identidade, concedendo-lhe uma suposta segurança ontológica (LEITE, 2013). Dessa maneira, ao reconhecer o “OUTRO” como aquele que está do lado de fora, torna-se possível uma reafirmação da identidade daquele que está do lado de dentro, o “EU”.

Leite (2013) ressalta que esta diferenciação nem sempre deve ser considerada como sinônimo de uma negação radical do “OUTRO”. Robert Walker (1993) desenvolve o argumento quanto à externalização do “OUTRO” e a demarcação e identificação do “EU”

para a construção do Estado, e conseqüentemente sua soberania, apontando que:

O 'lado de fora' é pária e estranho, misterioso ou ameaçador [...] Conhecendo o OUTRO do lado de fora, é possível afirmar identidades do lado de dentro. Conhecendo as identidades de dentro, é possível imaginar as ausências do lado de fora. (WALKER, 1993, p. 174, tradução nossa).

Assim, em qualquer análise discursiva, os diferentes graus de alteridade que representam, em níveis mais ou menos polarizados ou mais ou menos reconciliáveis, devem ser levados em consideração (ABI-SAAB, 2012).

Figuras de linguagem também apresentam um papel muito importante para a perspectiva pós-estruturalista no processo de composição do discurso, e também na identificação da maneira como este se relaciona com a definição de realidade. De acordo com Leite (2013), estas figuras representam os desvios ou as instabilidades presentes nas construções discursivas e permitem a análise daquilo que está subentendido nos enunciados.

A produção de imagens negativas do "OUTRO" pode ser então incorporada mais facilmente quando associada às ameaças existenciais, estabelecendo com isso, pontes entre o enunciador e o público, a fim de convencer a população da existência de riscos e ameaças. Desse modo, o objetivo das análises de discurso pós-estruturalistas é desconstruir aquelas estruturas passíveis de serem percebidas em um enunciado, desorganizando as "verdades" preconcebidas e tornando aquilo que é apresentado instável (LEITE, 2013).

A partir do que foi exposto, faz-se necessário analisar a retórica discursiva do governo de George Bush, 'Bill' Clinton e George W. Bush para que se possa, posteriormente, com base nas ideias de Jacques Derridá sobre a representação da realidade pelos discursos, e da análise de David Campbell da formação da identidade de um Estado, promover uma discussão sobre a retórica na construção da ideia de Terrorismo e a conseqüente formação de uma identidade nacional estadunidense a partir do vazio ontológico vivido na modernidade.

O governo de George Bush ("Bush Pai" - 1989-1993) como o último do período da Guerra Fria teve profundo significado, pois foi em um momento em que a União Soviética já não apresentava uma grande ameaça, por ter tido fim em dezembro de 1991. Com isso, a postura do governo estadunidense perante os novos conflitos, que haviam irrompido no pós-guerra (como a crise na Iugoslá-

via (1992-1995) e a anexação do Kuwait pelo Iraque (1990-1991)), demonstrava que seu principal foco naquele momento era atender aos seus interesses econômicos, e não mais somente a segurança nacional. A partir de uma retórica que os Estados Unidos eram responsáveis por garantir a disseminação de valores e direitos universais pelo mundo, George Bush apontou a Guerra do Golfo como o “perigo” do qual os EUA deveria proteger a humanidade e buscou se posicionar como líder do Sistema Internacional, o que fez ascender uma “nova ordem mundial”.

Percebe-se nos discursos do ex-presidente no momento pós-Guerra Fria que a preservação de uma ideia de que os Estados Unidos podem ter determinados comportamentos, por ser excepcional entre as outras nações. De acordo com Resende, “[...] os Estados Unidos estariam mais preparados e qualificados para assumir responsabilidades que transcendem as fronteiras nacionais e que suas instituições e sistemas políticos e sociais seriam os mais perfeitos e infalíveis” (RESENDE, 2009, p. 237).

Nos discursos de Bush, essa ideia é muito visível quando o ex-presidente afirmou: “A âncora do nosso mundo atual é a liberdade [...]. E a liberdade está no coração da ideia que é América” (BUSH, 1990, tradução nossa)<sup>2</sup>. Demonstra-se assim como a sociedade estadunidense se via como excepcional responsável por propagar a liberdade e a democracia no mundo, sendo assim, toda a sua ação era justificada, pois o governo estava apenas respondendo ao seu “chamado” (LEITE, 2013, p. 44).

Essa percepção de “brilhantismo” estadunidense também está atrelada ao surgimento da nova era mundial. Em 1991, Bush proferiu:

Por dois séculos, a América serviu ao mundo como exemplo inspirador da liberdade e da democracia. [...] E hoje, num mundo rapidamente em transformação, a liderança norte americana é indispensável. Os americanos sabem que a liderança traz fardos e sacrifícios. Mas também sabemos os motivos pelos quais as esperanças da humanidade se voltam para nós. Somos americanos, temos uma responsabilidade única para fazer o trabalho da liberdade. E quando fazemos, a liberdade funciona (BUSH, 1991, tradução nossa)<sup>3</sup>.

2. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16610>> Acesso em: 07/09/2014

3. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=20544>>. Acesso em: 07/09/2014

Nessa fala, o Presidente não só reafirma que foi essa superioridade estadunidense que foi responsável pela vitória da Guerra Fria, mas também legitima e garante apoio da própria sociedade estadunidense às ações do governo fora de suas fronteiras. Foi a partir dessa lógica que o governo de Bush, defendendo seus próprios interesses de proteger a Arábia Saudita, conseguiu aprovação do Congresso para criar e liderar uma coalizão internacional que expulsaria o exército de Saddam Hussein do Kuwait, do qual foi momentaneamente bem sucedido.

De acordo com Leite, o ex-presidente associava de modo direto o que ele considerava ser a controvérsia da “nova era mundial” à ameaça iraquiana. (LEITE, 2013, p. 54). A concepção de que os Estados Unidos era o responsável por preservar a paz mundial e impedir que o caos assombrasse a humanidade se transporta para o centro dessa questão e do discurso, no qual ocorre uma clara divisão entre bem, personificado pelos Estados Unidos que seria o líder dessa batalha, pois era dotado dos valores morais universais; contra o mal, encarnado na imagem do Iraque e de Saddam Hussein, que era irracional e violento e necessitava conhecer a democracia e a liberdade para também ser do “bem”. Isso é visível quando o presidente fala:

[...] Vencemos a luta pela liberdade na Europa porque nós e nossos aliados nos mantivemos resolutos. Manter a paz no Oriente Médio não exige nada menos. Estamos começando uma nova era. Esta nova era pode estar repleta de promessas, uma era de liberdade, um tempo de paz para todos os povos. (BUSH, 1990, tradução nossa) <sup>4</sup>.

O rompimento de novos conflitos e a Guerra do Golfo confirmaram que a “nova ordem mundial” não deu fim as guerras e não levou o mundo ao progresso (LEITE, 2013, p. 60). O resultado disso foi que George Bush não conseguiu se reeleger nas eleições de 1992, das quais ‘Bill’ Clinton saiu vitorioso. Uma vez que na chamada “nova ordem mundial” os Estados Unidos não possuíam mais um inimigo estatal (como a URSS durante a Guerra fria), o presidente Clinton construiu, em seus discursos, novas ameaças para, através da contraposição daquilo que elas representam, reforçar a identidade americana (LEITE, 2013). O seguinte excerto de seu discurso inaugural, de 20 de janeiro de 1993, exemplifica a estratégia retórica usada:

4. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18750>>. Acesso em: 07/09/2014



A economia mundial, o meio ambiente, a crise mundial da AIDS, a corrida armamentista mundial: eles afetam a todos nós. Hoje, com o fim de uma velha ordem, o novo mundo é mais livre, mas menos estável. O colapso do comunismo trouxe à tona velhas animosidades e novos perigos. Claramente, a América deve continuar a liderar o mundo que tanto trabalhamos para construir (CLINTON, 1993, tradução nossa).

Ameaças genéricas passam a representar o novo inimigo, que corresponderia “à quebra da ordem, e não necessariamente a um ataque à integridade do território ou à sobrevivência norte-americana no sistema” (LEITE, 2013, p. 76). A frase final do trecho apresentado mostra a tentativa de reafirmação do papel dos Estados Unidos: o de liderar o mundo democrático e liberal que criaram, combatendo o “Outro”, que agora aparece sob a forma de ameaças transnacionais.

Devido à variedade de grupos e atividades que ameaçariam a nova ordem, não há uma definição exata de quais seriam os inimigos dos EUA (LEITE, 2013). No trecho a seguir, de 27 de janeiro de 1998, Clinton aponta perigos distintos daqueles citados em seu discurso inaugural:

A América deve se opor aos apelos envenenados do nacionalismo extremo. Devemos combater um eixo profano de novas ameaças de terroristas, criminosos internacionais e traficantes de drogas. Esses predadores do século 21 se alimentam de tecnologia e do livre fluxo de informações, ideias e pessoas, e eles vão ser ainda mais letais se armas de destruição em massa caírem em suas mãos (CLINTON, 1998, tradução nossa).<sup>5</sup>

Nota-se acima o uso de termos como “eixo profano”, “predadores” e “letais” por parte do presidente para representar a figura do “OUTRO”, ou seja, das ameaças externas. Caracteriza-se o inimigo de tal maneira como forma de reforçar a identidade dos Estados Unidos, que têm, segundo a retórica de ‘Bill’ Clinton, o dever de manter a ordem no Sistema Internacional (LEITE, 2013).

Clinton governou o país de 1993 a 2001, sendo seguido por George W. Bush. Foi durante o primeiro ano de governo Bush que os Estados Unidos sofreram o ataque terrorista do 11 de Setembro, no qual três aviões comerciais controlados por membros da *Al Qaeda*, organização fundamentalista islâmica, foram usados para colidir contra as torres do *World Trade Center*, em Nova Iorque, e o

5. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/special/states/docs/sou98.htm>> Acesso em: 07/09/2014

Pentágono, em Washington (BERGEN, 2014). Após os atentados, os Estados Unidos iniciaram a chamada Guerra ao Terror. O país invadiu primeiramente o Afeganistão, afirmando que o governo do país havia dado apoio à *Al-Qaeda*. Em 2003 o governo americano invadiu o Iraque, acusando o governo iraquiano de possuir armas de destruição em massa (SHAH, 2003).

Durante o ano e meio entre os ataques e a invasão do Iraque em março de 2003, o presidente Bush, em seus discursos, buscou obter o respaldo tanto da população estadunidense quanto de países democráticos. A estratégia usada pelo então presidente é a de criar a imagem de um “outro” (o mau, não democrático, violento, contrário à liberdade defendida pelos EUA) que se contrapõe à imagem do “eu” (o bem, democrático, civilizado, defensor das causas liberais) (LEITE, 2009). É possível identificar essa contraposição já nos primeiros pronunciamentos de Bush. O excerto a seguir é do discurso proferido pelo então presidente na noite do 11 de Setembro:

A América foi alvo de ataque porque nós somos o farol mais brilhante para a liberdade e a oportunidade no mundo. E ninguém impedirá essa luz de brilhar. Hoje nossa nação viu o mal, o pior da natureza humana. [...] A América enfrentou inimigos antes, e o faremos de novo desta vez. Nenhum de nós jamais esquecerá este dia. Contudo, seguiremos em frente para defender a liberdade e tudo que é bom e justo em nosso mundo (BUSH, 2001, tradução nossa).<sup>6</sup>

Segundo a lógica estadunidense, aqueles países que possuíam governos supostamente autoritários, antidemocráticos e que não faziam parte de sua base aliada promoviam o terrorismo, e estes eram classificados como “Eixo do Mal”, os inimigos (LEITE, 2009). Essa ampliação da imagem do “EU” e do “OUTRO” permitiu que os Estados Unidos justificassem a invasão ao Iraque.

Nosso [...] objetivo é prevenir regimes que financiam o terror de ameaçar a América e nossos amigos e aliados com armas de destruição em massa. Alguns desses regimes têm estado bastante quietos desde o 11 de Setembro, mas nós conhecemos sua verdadeira natureza. [...] O Iraque continua a exibir sua hostilidade em direção à América e a suportar o terror. O regime iraquiano vem planejando desenvolver antraz, gás asfíxiante e armas nucleares por mais de uma década [...] Estados assim, e seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, se armando para ameaçar a paz do

6. A íntegra do discurso pode ser lida em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=58057>> Acesso em: 07/09/2014

mundo. Ao procurar armas de destruição em massa, esses regimes representam um grave e crescente perigo. Eles poderiam fornecer essas armas aos terroristas, dando a eles os meios para demonstrar seu ódio. Eles poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos (BUSH, 2002, *tradução nossa*).<sup>7</sup>

O discurso acima, proferido por George W. Bush em 29 de janeiro de 2002 mostra a intenção americana em realçar um “EU” preocupante acerca da segurança internacional e com objetivos de proteger seus aliados contra a ameaça do “OUTRO”, o Iraque aliado dos terroristas que estava desenvolvendo, segundo os Estados Unidos, armas de destruição em massa.

## O Mito e a Crise da modernidade

Para compreender como o homem chega a uma crise ontológica é necessário primeiro discorrer sobre o elemento que propõe a explicação da existência do ser e da realidade: o mito. Podemos definir o mito como um sistema ontológico de explicação do mundo e do homem, a partir de uma narrativa ou conjunto de enunciados que revelam o princípio de realidade, ou seja, o mito é um modo de conhecimento, uma intuição compreensiva e uma forma de significação da existência sem exigência de comprovações (GUSDORF, 1980). Consequentemente, “o mito abole a complexidade dos atos humanos, dá-lhes a simplicidade das essências [...] organiza o mundo sem contradições por não ter profundidade, um mundo mostrado na sua evidência; o mito funda uma clareza: as coisas parecem significar elas mesmas” (BARTHES, 1985, p.252, *tradução nossa*). Sendo assim, o mito apresenta-se como uma sabedoria de vida que confirma a existência do ser humano no mundo, a partir da justificação do ser e da realidade, onde o mesmo se encontra. Essa sabedoria de vida pode ser chamada de consciência mítica, na qual o homem consegue se perceber como indivíduo no mundo (PERINE, 2002).

A partir dessas orientações sobre o mito, George Gusdorf (1980) afirma o mito como princípio de realidade que permite a emergência da razão no mundo real. Esses dois elementos (mito e razão) são componentes da afirmação humana e se complementam mutuamente, pois mesmo sendo condenado pela racionalidade, o

7. A íntegra do discurso pode ser lida em: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm>. Acesso em: 07/09/2014

mito assegura a visão de totalidade do mundo e permite a colocação da razão na existência.

A consciência mítica promove o enriquecimento da razão, pois “não há descontinuidade entre mito e razão, ambos são níveis da consciência humana” (PERINE, 2002, p. 50), responsáveis pela manifestação da realidade e do indivíduo como ser. Segundo Perine (2002):

Os mitos são indispensáveis, tanto para os indivíduos como para as sociedades. Os mitos são como a memória social, que asseguram a reprodução dos comportamentos da espécie humana. A memória social, ou a memória-tradição, é biologicamente indispensável à espécie humana, desempenhando para ela a mesma função que desempenha o condicionamento genético nas sociedades animais (p. 50).

Sendo assim, o mito tem função de rememorar a experiência humana, recordar a sociedade das suas origens e princípios de comportamento e é, portanto, indispensável para a espécie humana (GÓMEZ, 2009).

A partir da origem da filosofia no século VI a.C, o homem, ao refletir sobre a existência do ser e do universo, propõe-se a buscar respostas através de explicações racionais e lógicas do que antes era explicado por meio de mitos. O nascimento dessa nova forma de pensar representa a passagem do mito ao *logos*<sup>8</sup>, na qual o mito foi submetido a análises, numa tentativa de “desmitizar” o mundo em nome da razão. Nota-se que o projeto logocêntrico de compreensão intelectual da ordem causal das coisas, que veio a se instituir no ocidente, tentou ocupar o lugar do projeto “mitocêntrico” de civilização no momento em que se estabeleceu como único veículo através do qual a compreensão da realidade tornara-se possível (CUNHA, 1992).

Contudo, observa-se que a tentativa de ruptura entre mito e razão fracassou, já que o intelectualismo triunfante da modernidade não conseguiu propor uma ontologia universal. A razão categorial como forma de representação é apenas uma fração da realidade em sua multiplicidade e, como categoria de pensamento, ela replica epistemologicamente apenas o dado material e visível, não sendo capaz, por isso, de se auto justificar a não ser teoreticamente, nem fundamentar ontologicamente a realidade concreta<sup>9</sup>. Se, por um

8. Palavra grega que significava relato, linguagem, história e, a partir do filósofo grego Heráclito (535-475 a.C), recebeu o significado de razão, princípio e explicação. Mais em: <<http://www.philosophy.pro.br/logos.htm>> Acesso em: 21 de Set. 2014

9. Para Gusdorf (1980) a realidade concreta é construída por forças convergentes que constituem o todo. A realidade concreta é integral e não abstrata.

lado, a razão triunfa na modernidade iluminista, por outro, até por ter tentado superar seus próprios limites, ela sucumbe como empresa de produção ontológica de sentido, uma vez que se distancia cada vez mais da realidade para categorizá-la e demonstrá-la lógica e empiricamente (MENDES, 2014).

Para Cunha (1992), o logocentrismo ocidental, na sua formulação iluminista, pode ser visto como essencialmente antimítico; mas sua face industrialista e tecnicista, de propor a realização do *logos* no mundo como tecnologia industrial, ao se radicalizar, pode levar o homem de novo a experiência mítica, ou seja, a necessidade de criação de mitos (significantes) capazes de justificar a si e as suas construções históricas.

Gusdorf (1980) afirma que “as nações do Ocidente sofrem porque nenhum sistema mítico pode mais assegurar a unanimidade nelas e entre elas. Elas estão à procura da fórmula do seu equilíbrio vital” (p.310). A busca por essa “fórmula” na sociedade moderna, em sua concepção, se dá por meio da criação de uma unanimidade forjada, já que a razão não é capaz de proporcionar a restituição da totalidade. Esta, por sua vez, está inexoravelmente perdida com a entrada da epistemologia como discurso ou representação categorial da realidade. Tendo por base essa concepção, é possível pensar uma construção de identidade comum, capaz de restituir certa unidade.

Sendo assim, a modernidade encontra no limite da razão a necessidade de reinscrevê-la no mito<sup>10</sup>, já que a realidade deve ser compreendida como algo além de suas propriedades físicas e materiais. Daí pode-se considerar que o presumido “equilíbrio vital” seja capaz de apaziguar o desespero ontológico, pois define um sentido que, mesmo sendo artificial, cria uma suposta unanimidade e destrói a soberania incontestável da razão.

## **Terrorismo, a Identidade Nacional Americana e o Vazio Ontológico**

O mito significativo é muitas vezes utilizado pelas nações como ferramenta de justificação da sua existência. Pode-se também observar a utilização desse com objetivo a simular uma iden-

10. É importante ressaltar que segundo Cunha (1992) é necessário fazer uma diferenciação entre os “tipos” de mito, a saber: mito original (em si); mito simbólico (relacionado à religião e/ou escolha religiosa. Toma aspectos transcendentais); e mito significativo (atribuição de significado, como o mito fundacional). Para a análise neste trabalho, utilizamos o tipo significativo de mito.

tidade nacional supostamente conjunta e indivisível. Esse tipo de (re)criação retórica se dá principalmente através das vias de reforço a determinadas características, consideradas gerais, que possuem boa aceitação pela maioria da população. Percebe-se então, a utilização da linguagem como uma forma de expressão por parte dos Estados e como tentativa de forja da união da sociedade civil em torno de determinados aspectos comuns. Por este motivo, os autores da vertente pós-estruturalista das teorias de Relações Internacionais rejeitam nominalmente a condição ontológica do Estado. Eles acreditam que a construção do mito significante das nações possui forte caráter discursivo, dada a sua origem linguística (HALL, 1999).

Percebe-se que a partir da negação da ontologia do Estado, este tende a se reproduzir constantemente a partir de uma construção retórica de sua essência identitária. Dessa maneira, qualquer tentativa de se criar uma identidade mítica para uma nação deve ser considerada apenas uma construção retórica da ideia de nação (HALL, 1999). Nesse ponto, pode-se dizer que há uma aproximação de ideias entre a perspectiva filosófica de Cunha (1992) e a dos teóricos pós-estruturalistas, pois ambos compartilham da visão de que o mito significante é algo, em si, forjado. O mito é então subjugado à função de base para pretensões políticas que visam não somente o controle da opinião pública como também a contenção da população no geral. Dada essa capacidade de substituição do mito simbólico pelo significante, somado à crise da modernidade, a sociedade torna-se mais receptiva a esse mito forjado, tornando-se possível aquietar o desespero ontológico presente nas nações ocidentais (CUNHA, 1992).

Aplicando essa noção ao contexto histórico-reflexivo apresentado, nota-se que os Estados Unidos, ao serem atacados pela primeira vez em seu território continental, sentiram-se de tal maneira ameaçados que explicitaram forte necessidade de reforçar sua identidade e união nacional. É importante ressaltar, porém, que não é a primeira vez que esse fato é observado como tentativa de construção de uma unidade nacional para aplacar o desespero ontológico através da utilização de uma retórica “mitológica”.

Segundo Campbell (1992) a fronteira é uma imagem poderosa e recorrente no discurso político, e principalmente na questão da retórica do mito de formação. No caso dos Estados Unidos, ela é colocada como:

[...] central para a identidade, porque não é apenas um espaço aberto convidativo chamando aqueles que buscam o sucesso, mas também o (sempre mutável) limite entre a 'barbárie' e a 'civilização', caos e ordem, e 'feminino' e 'masculino'. [...] É parte da missão nacional porque mobiliza energias nacionais [...] fornecendo a prescrição para a ação. Ela determina que, para garantir a sobrevivência da "civilização", as forças da "barbárie" devem ser constantemente repelidas, se não forem superadas (CAMPBELL, 1992, p. 146, tradução nossa).

No caso dos Estados Unidos, Campbell (1992) lista que essa retórica é utilizada em momentos para além do século XX, como por exemplo, a chegada de Cristóvão Colombo e a imaginação europeia quanto ao continente americano ser a Ásia ou a oposição das populações europeias iniciais frente os ameríndios e aos negros africanos, colocando-os como "OUTRO" de maneira a ameaçar o estilo de vida do "EU". É nesse sentido, mais especificamente, que assim como qualquer identidade coletiva, a identidade nacional estadunidense pode ser considerada como historicamente criada a partir da rejeição da noção do "OUTRO", tornando automaticamente a identidade dos EUA como algo aceitável e positivo (NYE, 2002).

Pode-se dizer que essa característica histórico-discursiva está presente em toda construção retórica dos Estados Unidos desde sua ascensão como grande potência global, com o fim da Segunda Grande Guerra na metade da década de 1940. É notável que a opinião pública dos EUA sempre foi muito receptiva a ideia de pertencimento a uma terra de liberdade e grandes oportunidades, destinada à grandes feitos. Por isso, os líderes da nação utilizaram dessa receptividade para se apropriarem de discursos que buscassem enaltecer essas "louváveis características", com o objetivo de obter o apoio da sociedade e poder realizar seus projetos (NYE, 2002).

Como mencionado anteriormente, a utilização dessa tática discursiva pelos EUA antecede sua participação nas duas Grandes Guerras. Para promover essas incursões, os Estados Unidos recorreram repetidamente a uma construção retórico-discursiva de um inimigo comum, como aquele que ameaça a terra da liberdade individual, das instituições democráticas e da oportunidade econômica privada. Como exemplo dessa prática tem-se a adoção de um discurso que expressa a imagem dos índios nativos americanos, conhecidos como "peles vermelhas", como hostil e a definição dos britânicos como inimigos durante a Revolução Americana (1765-1783) (CAMPBELL, 1992).

A sociedade inglesa era considerada moralmente inferior e até mesmo decadente quando comparada com a América. Nas colônias do sul, os ministros ingleses eram menosprezados como um ‘grupo de bêbados, hipócritas, canalhas, ladrões, malandros’ [...]. (CAMPBELL, 1992, p.123, tradução nossa).

Essa tática discursiva se tornou mais perceptiva a partir do Século XX. Após a 2ª Guerra Mundial, para que os EUA não pudessem perder essa sensação de coesão nacional, volta-se esse maquinário difamatório contra os Soviéticos, que foram mantidos no posto de inimigo até o fim da Guerra Fria (NYE, 2002).

Após o fim das estruturas que definiam o momento de Guerra Fria, os EUA perdem esse inimigo presente no imaginário da população. Essa situação gerou um problema na medida em que todas as políticas do governo encontravam justificativas, ainda que minimamente, nessa ideia de inimigo comum. A perda desse inimigo leva a uma baixa na coesão nacional e a um enfraquecimento da identidade estadunidense. Assim, esta identidade fica exposta a limitação epistemológica da razão, ou seja, fica cada vez mais clara a incapacidade que um discurso construído racionalmente tem ao tentar estabelecer consigo mesmo uma relação ontológica. Este vazio ontológico, gerado pela ausência de uma contrapartida à identidade nacional e conseqüentemente, uma ausência de sentido à coesão da nação, leva a uma crise na sociedade civil americana.

A retórica da construção de um mito significante deixou de ser consistente e perdeu sua característica agregadora. Por este motivo em 2001, com o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque, a reação do governo dos EUA foi uma tentativa de resgatar essa noção de um “inimigo comum” que havia sido perdida na década anterior. Com isso, em seus discursos após o ataque, o termo terrorismo é popularizado, e a figura do terrorista passa a ser a encarnação do mau, como aquele que ameaça a liberdade. Vemos que as numerosas utilizações da expressão “terrorismo” (e seus derivados como “Guerra ao Terror”) após 2001 são justificadas pela (re)forja do mito significante, tornando capaz de convencer os indivíduos a considerar os discursos do Estado como verdadeiros.

Desse modo, essa utilização retórica da palavra terrorismo teve impacto na sociedade estadunidense, promovendo grande apoio popular a ponto de tornar possível ao presidente Bush comandar uma “grande caçada mundial” aos terroristas que ameaçaram a paz nos Estados Unidos (NYE, 2002). O impacto dessa tática



retórico-discursiva, acredita-se, deveu-se principalmente ao longo período de ausência deste inimigo comum. Como consequência disso, viu-se a oportunidade de se apaziguar o desespero ontológico, há muito tempo presente, através da criação retórica de um novo inimigo de todos os valores dos EUA. Assim, legitimou-se o discurso que visava acabar com as contradições existentes na população como um todo, que se uniu em torno de um objetivo maior, encarnando uma luta entre “bem” e o “mau”.

## Considerações finais

Dados os aspectos apresentados no texto, percebe-se que a construção da identidade estadunidense, em certa medida, embasou-se na construção retórico-discursiva da dicotomia entre o “Eu” e o “Outro”, a partir da forja de um mito simbólico em mito signifiicante. Com efeito, a criação deste mito é responsável pela coesão social identitária de uma nação, tendo em vista que a teoria pós-estruturalista das Relações Internacionais desconsidera a existência de uma ontologia estatal (RESENDE, 2011).

Consoante Gusdorf (1980), uma das consequências centrais do intelectualismo triunfante da modernidade é a presença impertinente do desespero ontológico, ou seja, de um desequilíbrio vital que deriva do limite epistemológico da razão. Essa condição de esvaziamento somente pode ser aquietada, no contexto histórico, quando o mito é artificialmente gerado. No caso dos Estados Unidos, observa-se, com o fim da URSS, a ausência de um ‘inimigo’ que fosse capaz de permitir o discurso acerca da dicotomia entre o “EU” e o “OUTRO”. Dessa maneira, a sociedade estadunidense cai em uma espécie de vazio ontológico, o que a torna mais susceptível, após os ataques de 11 de Setembro, a um discurso que coloca a figura do “terrorista” no lugar do “inimigo” de seus valores (NYE, 2002).

Nesse sentido, os Estados Unidos apropriam-se da ideia de rejeição do “OUTRO”, como a encarnação do mau e aquele que nega os valores do “EU”, que é bom e detentor da liberdade e oportunidade. Dessa forma, busca-se aparentemente angariar apoio populacional para a realização de seus projetos políticos. Os discursos de Bush e a retórica da palavra “Terrorismo” e da expressão “Eixo do Mal” concebem Osama Bin Laden e governos do Afeganistão e Iraque como a materialização do “OUTRO”, responsável por “perturbar e amedrontar” o Sistema Internacional. Reforça-se assim, o

mito forjado e conseqüentemente a identidade americana, promovendo uma maior coesão nacional em torno das aspirações políticas e sociais (NYE, 2002).

## Referências

ABI-SAAB, Mariana. Narrativas de espacialidade no discurso do presidente Chávez: formação de identidades e políticas. **Cadernos de Relações Internacionais**, v. 5, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20321/20321.PDF>> Acesso em: 12 Set. 2014

BARTHES, Roland. **Mythologies**. Paris, Seuil, 1985.

BERGEN, Peter L. **September 11 attacks**. Encyclopedia Britannica. 2014. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/762320/September-11-attacks/301276/The-aftermath>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

BUSH, George. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. The American Presidency Project. 31 de Janeiro, 1990. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18095>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

BUSH, George. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. The American Presidency Project. 29 de Janeiro, 1991. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19253>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

BUSH, George W. **Address to the nation on the terrorist attacks**. The American Presidency Project. 11 de Setembro, 2001. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=58057>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

BUSH, George W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. The American Presidency Project. 29 de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

CAMPBELL, David. **Writing security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1992.

CLINTON, William J. **Inaugural Address**. The American Presidency Project. 20 de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=46366>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. The American Presidency Project. 27 de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=56280>>. Acesso em: 07 Set. 2014.

CUNHA, José Auri. **Filosofia: Iniciação à investigação filosófica**. São Paulo: Atual, 1992.

GÓMEZ, Salustiano Alvarez. **A religião como fenômeno antropológico: elementos constitutivos dos fenômenos religiosos**. PUC MINAS. 2009

GUSDORF, George. **Mito e metafísica**. Trad. Hugo de Prímio Paz. São Paulo: Convívio, 1980.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP & A, 1999.
- HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian War**. London, Routledge, 2006.
- LEITE, Lucas Amaral Batista. George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**. v.8, n.16, 2009, p.27-59.
- LEITE, Lucas Amaral Batista. **A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96025/leite\\_lab\\_mar.pdf?sequence=1](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96025/leite_lab_mar.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 09 Set. 2014.
- MENDES, Cristiano; FURTADO, Henrique. **Tempo e repetição nas teorias de Relações Internacionais**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.2,p. 201-216,maio-ago. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/25297>>Acesso em: 6 Set. 2014
- MENDES, Marli. **Notas de Aula da Disciplina de Filosofia I**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 12 Set. 2014
- NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: ALMEIDA, L. FERNANDES, E. **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a pratica e investigação**. Braga, 2001. Disponível em: <[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo\\_analise%20do%20discurso\\_final1.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discurso_final1.pdf)> Acesso em: 12. Set. 2014
- NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. UNESP, 2002.
- PERINE, Marcelo. Mito e Filosofia. **Philosophos - Revista de Filosofia**, v. 7, n. 2, jan. 2008. ISSN 1982-2928. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/3159>>. Acesso em: 12 Set. 2014.
- RESENDE, Erica. **Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas de política externa norte-americana**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28102009-094933/>>. Acesso em: 12 Set. 2014
- RESENDE, Erica. **A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais**. In: SENHORAS, E. M.; CAMARGO, J. F. (orgs). Coleção Relações Internacionais, vol. 2, 2011. Disponível em: <<http://works.bepress.com/cgi/view-content.cgi?article=1273&context=eloi>> Acesso em: 12 Set. 2014.
- SHAH, Anup. **War on Terror**. Global Issues. 2013. Disponível em: <<http://www.globalissues.org/issue/245/war-on-terror#PresidentBushlosingthewaronterror>>. Acesso em: 07 Set. 2014.
- WALKER, Robert. **Inside/outside: International Relations as political theory**. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

# A política externa do Hamas

## *The foreign policy of Hamas*

Vanessa Miguel Chamma

### Resumo

Este artigo pretende abordar a política externa do Hamas, Movimento de Resistência Islâmica (em árabe, *haraka al-muqawama al-islamiyya*), bem como seus relacionamentos com outros Estados e as consequências de seus desdobramentos. Primeiramente, serão lembradas as relações mais antigas com Irã, Jordânia e Síria. Posteriormente, o panorama atual da política externa do movimento ilustra a aproximação com a Arábia Saudita, as idas e vindas com o Irã, o conturbado relacionamento com o Egito e a relação com o Qatar. A metodologia utilizada baseou-se em estudos e pareceres de grandes acadêmicos, além da análise dos últimos acontecimentos, nos quais Khaled Meshaal, dirigente do Escritório Político do Hamas, representa o grupo em reuniões com outros governos. Os resultados obtidos demonstraram que o movimento encontra-se em uma situação difícil, pois ao lutar pela sua sobrevivência, ou adere à total reaproximação com o Irã, ou concorda com as regras impostas pela Arábia Saudita, isolando a ala militar do Hamas, mas melhorando sua imagem perante a comunidade internacional.

**Palavras-Chave:** Palestina; Política Externa do Hamas; Irã; Arábia Saudita; Khaled Meshaal.

### Abstract

This paper intends to approach the foreign policy of Hamas, Islamic Resistance Movement (in Arabic, *Haraka al-Muqawama al-Islamiyya*), as well as their relationships with other States and the consequences of its developments. First, it will be remembered older relations with Iran, Jordan, and Syria. After, the current situation of the movement's foreign policy illustrates the approach with Saudi Arabia, the comings and goings of Iran, the troubled relationship with Egypt, and the relationship with Qatar. The methodology used was based on studies and opinions of leading academics, as well as analysis of the latest developments, in which Khaled Meshaal, Hamas Political Office leader, represents the group in meetings with other governments. The results obtained evidenced that the movement is in a difficult situation, because the fight for its survival, or sticking to full rapprochement with Iran, or agree to the rules imposed by Saudi Arabia, isolating Hamas's military wing, but improving its image in the international community.

**Key-words:** Palestine; Foreign Policy of Hamas; Iran; Saudi Arabia; Khaled Meshaal.

## Introdução

Em janeiro de 2006, o Hamas – ou Movimento de Resistência Islâmica – obteve êxito ao participar e vencer as eleições no Conselho Legislativo Palestino da Autoridade Palestina, tanto na Cisjordânia como na Faixa de Gaza, surpreendendo a comunidade internacional. Seu triunfo parecia ser inevitável, levando-se em conta o insucesso em findar a ocupação israelense na Palestina, o que provocou duas consequências: aumento da frustração e radicalismo em segmentos da sociedade palestina. Vale salientar também que tal vitória proporcionou três resultados: trouxe popularidade ao Hamas; impactou os palestinos que vivem em Israel, nos Estados Unidos da América, na Europa e nos países árabes; e fragilizou o Fatah (em árabe, *haraka al-tahrir al-uaṭani al-filastini*) – ou Movimento de Libertação Nacional da Palestina – o qual vinha governando os territórios palestinos por mais de 40 anos.

A vitória nas eleições trouxe ao movimento quase 60% das cadeiras. Duas importantes razões contribuíram para esse resultado: o Hamas efetuou um trabalho árduo de programas sociais, durante muitos anos, entre o povo palestino; e a frustração com o processo de paz com Israel, os Acordos de Oslo, defendidos pela liderança do Fatah<sup>1</sup>. Em outras palavras, dificilmente pode-se afirmar que os palestinos votaram no Hamas por motivos religiosos. Metade dos eleitores apoiou o movimento devido seus programas sociais, já a outra metade foi motivada pelo fracasso do processo de paz, deixando os palestinos desacreditados na opção de negociar um acordo pacífico com Israel.

As eleições para o escritório político do Hamas e outros cargos políticos do movimento ocorrem, geralmente, a cada quatro anos. O escritório político representa o poder executivo do movimento e possui a missão de executar a estratégia do Conselho Consultivo – em árabe, *majlis al shura* – estabelecendo a orientação política da organização. Enquanto o escritório político é eleito pelo Conselho Consultivo, o poder global deste percebe-se um tanto inexpressivo devido a dois fatores, quais sejam: a distância geográfica do escritório político do Hamas, atualmente sediado em Doha, capital do Qatar; e a autonomia política e financeira da liderança externa, à

1. O movimento Fatah (Movimento de Libertação Nacional da Palestina) foi criado em 1959 por Yasser Arafat e outros ativistas palestinos na Cisjordânia, Faixa de Gaza e países árabes vizinhos. O Fatah declarou representar uma afiliação não ideológica e possuir uma perspectiva secular. (HROUB, 2008, p. 12)

mercê da coleta de fundos para o movimento. A faculdade em inspecionar e distribuir fundos fornece à liderança externa o condão financeiro e a supervisão sobre a organização (DAHER, 2012).

Embora o movimento seja movido por princípios religiosos, a sua força advém do nacionalismo palestino. De acordo com alguns líderes do Hamas, o objetivo central “reside na criação de um Estado soberano e independente, desde que não esteja a serviço de Israel” (MUSLIH, 1999, p. 44). Atualmente, a política do Hamas está centrada na sobrevivência organizacional, o que pode ser uma grande chance para uma remodelagem política (MUSLIH, 1999, p. 45). Os desdobramentos políticos nessas áreas também mantêm uma relação direta com as políticas dos governos do Golfo. Além disso, o Hamas é uma grande influência na dissidência contra as políticas norte-americanas no Oriente Médio. Dessa forma, a política externa da organização pode ditar os rumos políticos, facilitando ou prejudicando o desenvolvimento para a paz ou estabilidade regional (MUSLIH, 1999, p. 1).

Khaled Meshaal, chefe da liderança externa do Hamas, representa o movimento em reuniões com outros governos, porém, ele não exerce o cargo de chefe do gabinete político do movimento. Como medida de segurança e para evitar tentativas de assassinato por parte de Israel, o nome do presidente do gabinete político é mantido em segredo. O motivo dessa estratégia possui suas origens no assassinato de Abdel Aziz Al-Rantisi, em 17 de abril de 2004, três semanas após a sua sucessão como presidente do Hamas, depois da morte de Ahmed Yassin<sup>2</sup>, assassinado em 22 de março de 2004. Atualmente, a liderança do Hamas na Faixa de Gaza exercida por Ismael Haniyeh e a liderança externa do grupo, representada por Khaled Meshaal, são os dois núcleos eleitorais mais importantes e expressivos do movimento (DAHER, 2012).

No âmbito da política externa, alguns relacionamentos merecem destaque. O Qatar aparece como um dos principais financiadores do Hamas, pois forneceu US\$ 400 milhões, em 2012, e concedeu abrigo à Meshaal desde que este deixou a Síria. O país também apoia a Irmandade Muçulmana, o que causou diversas divergências com outros países, principalmente com o Egito. A Turquia também

---

2. Ahmad Yassin foi morto em um ataque com mísseis de helicópteros israelenses ao deixar uma mesquita na cidade de Gaza ao amanhecer. Sete outras pessoas, incluindo os guarda-costas foram mortas. Dezessete pessoas, dentre elas dois dos filhos de Yassin, ficaram feridas no ataque, de acordo com relatos iniciais (WRIGHT, 2004, s/p). Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2004/mar/22/israel1>

vem demonstrando simpatia para com o movimento. Recep Tayyip Erdogan, presidente turco, tem feito críticas ferozes com relação à ação militar de Israel na Faixa de Gaza, chegando a compará-lo com a Alemanha nazista. O Hamas também vem demonstrando esforço para se reaproximar do Irã e do Hezbollah, com os quais passou por alguns momentos difíceis, devido à sua recusa em apoiar o governo Assad na guerra civil da Síria. Houve indícios de uma reaproximação com a Jordânia, a qual pretende retornar ao cenário político palestino mediando uma reconciliação entre as facções rivais palestinas (TAYLOR, 2014).

O Egito de Hosni Mubarak teve papel de mediador nos conflitos entre Israel e o Hamas, não apenas por ser uma das maiores potências militares da região, como também por partilhar uma fronteira com Gaza. Agora, com Abdel Fatah Al-Sisi no poder, o Egito faz uma forte oposição ao Hamas, o qual nasceu do grupo islâmico egípcio, a Irmandade Muçulmana, proibida de executar suas atividades pelo presidente Sisi. A Arábia Saudita, incomodada com os movimentos islâmicos, chegou a designar a Irmandade Muçulmana como uma organização terrorista e o apoio iraniano ao Hamas também ocasionou um empecilho para a organização. Em contrapartida, o rei Abdullah criticou o silêncio internacional sobre a situação em Gaza, classificando-a como “crimes de guerra contra a humanidade” (TAYLOR, 2014, s/p).

Este artigo tem como objetivo abordar a política externa do Hamas, seus aliados e os respectivos desdobramentos, os quais trouxeram transformações domésticas e internacionais. O artigo divide-se em três partes. A primeira trata de relembrar como se deram os antigos relacionamentos com Irã, Jordânia e Síria. Dedicar-se a segunda parte trazer à tona o panorama atual. Finalmente, a terceira parte traz a análise de dois cenários, favorável e desfavorável, assim como a recente política externa do Hamas, o qual vem atuando como um pêndulo ante as duas potências regionais: Irã e Arábia Saudita.

## Política externa

O Hamas não representa um simples movimento palestino local, e sim um movimento com um traço islâmico regional, mesmo que suas ações estejam limitadas ao território palestino. De acordo com Kramer (2007, p. 61), a palavra “glocal” – destinada a explicar

a combinação de global com local, e utilizada para caracterizar empresas, movimentos e organizações – “pode ser usada para definir o movimento Hamas, visto que retira a sua força motriz tanto da luta palestina como da ascensão global de movimentos islâmicos”. O Hamas também nutre afinidades com grupos e pessoas, fora da arena palestina, e procura transformar a ordem mundial existente desde a sua fundação. Tal fato mostra-se evidente, porém, isso não impedirá que ele seja ignorado.

Percebe-se certa ironia no fato de que muitas das condições, que levaram o Hamas à vitória nas eleições de 2006, foram edificadas por seus críticos. Israel e EUA debilitaram o movimento Fatah e a Autoridade Palestina, abrindo caminho para que o Hamas chegasse ao poder (HROUB, 2008, p. 199). Os funcionários americanos e israelenses ficaram incomodados com os resultados das eleições, pois, frequentemente, têm mencionado que não trabalhariam com uma Autoridade Palestina na qual o Hamas estivesse presente. Em Washington, Condoleezza Rice, na época secretária de Estado estadunidense, afirmou que “um partido não pode ter um pé na política e outro no terror; nossa posição sobre o Hamas não mudou”. Javier Solana, chefe da política externa da União Europeia, emitiu um comunicado dizendo que “o povo palestino havia votado democraticamente e pacificamente”, no entanto, em uma reunião de chanceleres europeus, acrescentou: “estes resultados podem confrontar-nos com uma situação inteiramente nova, que deverá ser analisada” (WILSON, 2006, s/p).

Além do cenário palestino e israelense, a região tem sido moldada por uma nova configuração, obviamente na direção oposta àquela almejada pelos EUA, e vantajosa para o Hamas. Se a invasão do Iraque tendia à reedificação da região rumo a uma nova geopolítica que fosse liderada pelos EUA, o Irã surgiu como o beneficiário da influência, ocasionando a intervenção norte-americana. O Irã assumiu o comando das principais áreas de desenvolvimento interno no Iraque e, conseqüentemente, houve a possibilidade de ser o maior condutor do futuro iraquiano. Os xiitas iraquianos – a maioria da população iraquiana – apoiariam os xiitas iranianos, caso houvesse um confronto contra os EUA. O Irã ainda poderia incitá-los a uma ação contra a presença norte-americana e dirigir o impasse iraquiano para outro episódio sangrento (HROUB, 2008, pp. 199, 200).

Devido essa súbita influência regional, o Irã apoiou o Hamas publicamente e prometeu ressarcir qualquer corte nos fundos de



auxílio aos palestinos pelos EUA ou União Europeia. O Irã mantém uma forte ligação com a Síria e o Hezbollah<sup>3</sup>, os quais também apoiavam o Hamas por motivos domésticos e regionais, os quais se baseiam no fato do Irã disputar o papel de potencia regional com a Arábia Saudita. Os sírios, ao enfrentar a grande pressão norte-americana para que deixassem o Líbano, sentiram-se obrigados a tomar medidas de sobrevivência, incluindo o suporte ao Hamas com o intuito de alcançar a solidariedade pan-árabe. O desenvolvimento iraniano favoreceu o Hamas, não somente por razões financeiras e políticas, mas também pela possibilidade de se utilizar da ameaça de uma sólida relação com o Irã, induzindo os países rivais do Irã a ofertar ainda mais ajuda aos palestinos (HROUB, 2008, p. 200).

Apesar da relação entre o Hamas e a Arábia Saudita sempre ter sido amistosa, isso não impediu que o governo saudita ficasse muito apreensivo com o alto padrão diplomático, discursivo e aproximação do Irã com o movimento. Juntamente com o Egito e outros países árabes, a Arábia Saudita tem se empenhado para evitar que o movimento seja introduzido na esfera de poder, na política e na agenda do Irã. Dessa forma, tais países ofertam suporte diplomático e financeiro ao Hamas. Com tantos atores exercendo influência em direções contrárias, atritos podem ser criados, e, nesta hipótese, o Hamas deverá ser muito hábil para explorá-los e tentar usá-los a seu favor. Enquanto o movimento estiver centrado e ocupado na Palestina e não for intensamente atingido pelas pressões, seu papel e impacto na estabilidade regional serão inexpressivos e estarão limitados ao conflito Israel-Palestino (HROUB, 2008, pp. 200, 201).

### *Vínculo Iraniano*

Os relacionamentos mais expressivos do Hamas foram com a Síria e o Irã. A relação com o Irã foi ainda mais marcante pelo fato de que o país tem auxiliado movimentos xiitas, no entanto, o Hamas pertence à vertente sunita. O vínculo iraniano foi real, antigo e caracterizado por raízes profundas (CHEHAB, 2007, pp. 134, 141). A relação entre o Irã e o Hamas começou a desenvolver-se após a OLP ser convocada para um acordo de paz com Israel. Em 1990, Teerã

3. O Hezbollah é uma organização política e militar poderosa no Líbano, formada majoritariamente por muçulmanos xiitas. Seu líder é Hassan Nasrallah. O grupo surgiu com apoio financeiro do Irã no começo dos anos 1980, e começou uma campanha para expulsar tropas israelenses do Líbano (BBC, 2011, s/p). Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/01/110125\\_perfil\\_hezbollah\\_ji.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/01/110125_perfil_hezbollah_ji.shtml)

organizou uma conferência que tratou sobre o apoio à Palestina. O Hamas esteve presente, mas não Arafat. No início de 1990, uma delegação do Hamas, liderada por Mousa Abu Marzouk, manteve conversações com importantes funcionários de Teerã, inclusive com aiatolá Khamenei. O Irã prometeu fornecer apoio militar e financeiro – cerca de \$30 milhões ao ano – além de um sofisticado treinamento militar para milhares de ativistas do Hamas nas bases da Guarda Revolucionária do Irã e no Líbano. O movimento também estabeleceu um escritório em Teerã, declarando que “ambos compartilham uma visão idêntica na perspectiva estratégica para a causa palestina na sua dimensão islâmica” (BRANDENBURG, 2010, s/p).

Usama Hamdan, designado a representar o Hamas no Irã, em 1994, reconheceu que o relacionamento entre Teerã e o Hamas aconteceu graças à anterior relação entre o Irã e a OLP. Todavia, afirmou: “há uma ausência de qualquer prova ou evidência sobre o apoio financeiro iraniano ao Hamas, Jihad Islâmico e outras facções palestinas que estabeleceram contatos com o Irã. São apenas rumores e especulações” (CHEHAB, 2007, p. 142). Ele designou a Fundação dos Mártires como “a organização responsável por fornecer ajuda à aproximadamente quatro centenas de famílias palestinas de mártires e prisioneiros”. A referida fundação foi criada em 1980 no Irã, durante a guerra Irã-Iraque, com o intuito de ofertar suporte financeiro às famílias dos mortos, desaparecidos ou capturados. A fundação possui várias filiais ao redor do mundo como um dos meios de exportar a revolução. Hamdan julgava pouquíssimo provável que quaisquer transferências de dinheiro ilegais fossem efetuadas a partir do exterior para a Cisjordânia e Faixa Gaza, “devido às medidas rigorosas empregadas pelos israelenses” (CHEHAB, 2007, p. 142).

Apesar dessas declarações, tornou-se evidente que diversos carregamentos de armas, tanto os interceptados pela marinha israelense no Mediterrâneo, apreendidos na Jordânia, quanto àqueles que chegaram ao seu destino estabelecido, tinham algo em comum: todos vinham do Irã (CHEHAB, 2007, p. 143). O Hamas nunca realizou qualquer atividade militar fora da Palestina, porém, sempre existirá a possibilidade de que o contexto mude se o movimento perceber que esteja enfrentando uma situação insustentável. Meshaal fez uma declaração, segundo a qual “o grupo lutará com o Irã em qualquer lugar se este sofrer algum ataque promovido por Israel”. Portanto, supõe-se que se ocorresse um confronto mi-

litar entre o Irã e os EUA na região, certamente o Hamas poderia ser impulsionado a identificar uma nova função regional (HROUB, 2008, p. 201).

Teerã manteve seu suporte ao Hamas durante toda a intifada e o apoio aumentou após a morte de Arafat em 2004 e a retirada de Israel de Gaza em 2005. Porém, o notável triunfo do Hamas nas eleições de 2006 modificou totalmente suas relações com o Irã. Teerã intensificou sua ajuda na tentativa de salvar a Autoridade Palestina em Gaza, nesse momento sob o comando do Hamas, depois que a ajuda externa cessou. Em dezembro de 2006, quando Ismail Haniyeh, primeiro-ministro do Hamas, visitou Teerã, este prometeu uma quantia de US\$250 milhões. O Irã enviou ajuda e treinamento militar, além de ofertar a maior parte do equipamento militar que o Hamas usou contra Israel no conflito de Gaza, em dezembro de 2008 (BRANDENBURG, 2010, s/p).

No entanto, houve uma ruptura na relação entre Teerã e o Hamas devido à eclosão da guerra civil na Síria em 2011. Na verdade, sempre existiram diferenças sectárias e a relação tornou-se difícil quando Teerã apoiou o presidente sírio, Bashar al-Assad, e o Hamas alinhou-se aos rebeldes sunitas. Então, em 2012, o Hamas mostrou interesse pelo Qatar como um financiador alternativo, na falta do Irã. Os líderes do Hamas estabeleceram moradia no Qatar, depois que deixaram a Síria. Em novembro de 2012, uma nova onda de violência em Gaza entre Israel e militantes do Hamas borbulhou. Israel lançou a Operação Pilar da Defesa, iniciando-a com o assassinato de Ahmad Jabari, chefe militar do Hamas em Gaza. Tal conflito, com duração de oito dias, resultou em 150 palestinos e seis israelenses mortos. Autoridades iranianas forneceram crédito para apoiar o Hamas durante o conflito (BRANDENBURG, 2010, s/p).

O conflito de 2014 trouxe uma chance para reparar a relação entre o Hamas e o Irã. As tensões entre Israel e o Hamas aconteceram depois que o Hamas sequestrou e matou dois adolescentes israelenses. O referido conflito, constituído por ataques aéreos e ataques com foguetes por sete semanas, matou mais de 2.000 palestinos e desmantelou grande parte da rede de túneis subterrâneos do Hamas. Em agosto de 2014, Rouhani considerou as ações de Israel como “sistemáticas, ilegais e crimes desumanos contra os palestinos”. A Guarda Revolucionária do Irã enviou uma grande quantia de dólares para o Hamas ao longo dos próximos meses com a finalidade reconstruir a rede de túneis (BRANDENBURG, 2010, s/p).

Todavia, no início de 2015, a relação começou a enfrentar novos desafios, pois o Hamas demonstrou apoio tácito à campanha militar que a Arábia Saudita lançou contra os *houthis*<sup>4</sup> no Iêmen, o que desagradou o Irã, o qual condenou a intervenção. A Arábia Saudita, cujos laços com o Hamas já tinham sido controversos devido às ligações do grupo com o Irã, recebeu uma delegação de líderes do Hamas em julho de 2015, a primeira visita em mais de três anos. A visita aborreceu as autoridades iranianas, que cancelaram uma visita do Hamas ao Irã no mês seguinte. No final de julho, líderes do Hamas declararam que o Irã havia interrompido o seu apoio financeiro (BRANDENBURG, 2010, s/p).

Em agosto de 2015, Ghazi Hamad, vice-chanceler do Hamas, disse que “as relações bilaterais com o Irã não eram nada boas”. Ele declarou ao jornal *The Washington Post* que “os problemas do Hamas com o Irã eram bem conhecidos”. Mas, Hamad também afirmou que “o grupo não deseja perder o apoio do Irã”. A situação exata da relação não estava clara. Em novembro de 2015, um conselheiro do líder supremo iraniano afirmou que “o Irã nunca cessaria seu apoio ao Hamas”. Em dezembro de 2015, Khaled Ghadouni, um representante do Hamas em Teerã, encontrou-se com o ministro do Exterior do Irã, Mohammad Javad Zarif, quando enfatizou a necessidade de evoluir a relação entre Irã e Hamas. Ismail Haniyeh solicitou apoio iraniano para uma nova intifada contra Israel. Em um vídeo publicado pela Raja News, veículo de comunicação iraniano, Haniyeh lembrou a importância da Palestina para a Revolução Islâmica do Irã, o governo do Irã e o povo iraniano (BRANDENBURG, 2010, s/p).

Ambos, Hamas e Irã, necessitam um do outro. Pelo fato do Irã não ter muitos aliados sunitas na região, tal aliança acaba livrando o país de acusações de que ele poderia estar causando uma contenda de xiitas contra sunitas. Já o Hamas necessita de apoio estrangeiro, visto que vive em um cenário de crescente isolamento palestino e internacional. Ademais, o movimento está se sentindo pressionado, devido ao seu fracasso em reconstruir a Faixa de Gaza após o último conflito com Israel. No entanto, recentemente, Hamdan declarou que as divergências com o Irã foram resolvidas:

---

4. Os *houthis* pertencem a um grande clã originário da província de Saada, noroeste do Iêmen, que praticam o zaydismo, uma vertente do xiismo. Os zaydis compõem cerca de 35% da população do Iêmen (GLENN, 2015, s/p). Disponível em: <http://iranprimer.usip.org/blog/2015/apr/29/who-are-yemens-houthis>

“as relações entre o Irã e o Hamas voltaram ao normal” (TOAMEH, 2015, s/p).

### *Relação com a Jordânia*

As relações com a Jordânia foram favoráveis, principalmente após a invasão do Kuwait pelas forças iraquianas, visto que os líderes do Hamas, sediados no Kuwait, dirigiram-se à Amã. Muitos, nesse momento, estavam convencidos de que o governo da Jordânia aproveitaria o Hamas como um instrumento de barganha, caso ocorresse um conflito com a Organização de Libertação da Palestina (OLP). Entretanto, quando a liderança do Hamas não notificou ao governo jordaniano sobre seu propósito de planejar operações militares nos territórios ocupados, o país começou a hostilizar o grupo. Em 1991, a Irmandade Muçulmana e a liderança do Hamas surpreenderam-se ao serem notificados, por um alto funcionário da segurança jordaniana, que o governo tinha apreendido um grande carregamento de armas, além de metralhadoras e canhões, com valor estimado a US\$ 1,5 milhão, e depositados em quatro endereços distintos em Amã. Nove ativistas do Hamas foram detidos e presos por nove meses e somente foram libertados com o perdão do rei, em 1992. Nesse período, teve início o término da tolerância do governo jordaniano para com a liderança do Hamas, enrijecendo sua postura ao acompanhar de perto as atividades do movimento (CHEHAB, 2007, p. 131).

Após dois anos, em 1993, houve uma reunião no escritório do primeiro-ministro da Jordânia, Zaid bin Chaker, na qual estiveram presentes os principais líderes do Hamas: Abu Marzouk, Ibrahim Harai Goshi, Muhammad Nazzal, Imad Alami, entre outros. Nesse encontro ficou esclarecido ao Hamas que o governo jordaniano apenas autorizaria atividades políticas e de mídia que não prejudicassem os interesses da Jordânia, não sendo permitidas quaisquer ações militares. As agências de inteligência da Jordânia estavam apreensivas com relação ao Hamas, pois este poderia converter-se em uma organização militar, ameaçando a segurança interna do país. Dessa forma, a vigilância foi intensificada após a interceptação de CDs, nos quais continham informações minuciosas sobre a organização, o que ocasionou novas detenções (CHEHAB, 2007, pp. 131, 132).

Cinco agentes do Mossad dirigiram-se à Amã com o intuito de “eliminar” Meshaal. Armaram uma emboscada e alvejaram Meshaal

pulverizando-o com veneno em sua orelha esquerda, causando uma paralisia instantânea e sua morte aconteceria dentro de 48 horas. No entanto, nada saiu como planejado para o Mossad, pois as forças de segurança jordaniana prenderam dois dos agentes israelenses e os outros três esconderam-se na embaixada, sendo esta cercada pelas tropas. Netanyahu enviou emissários ao rei Hussein para pleitear a liberação dos agentes. Porém, para tanto, Israel deveria fornecer um antídoto, o qual foi ministrado pelos médicos jordanianos para salvar a vida de Meshaal. Israel ainda teve que libertar das suas prisões nove jordanianos e 61 palestinos, dentre eles o Sheikh Ahmad Yassin, líder espiritual do Hamas. Só então o rei Hussein libertou os cinco agentes do Mossad (BLAIR, 2012, s/p).

Apesar disso, as divergências entre o Hamas e o governo jordaniano continuaram a crescer, visto que anunciavam malefícios ao equilíbrio entre o governo e a Irmandade Muçulmana da Jordânia, a qual se queixou sobre o comportamento de Meshaal e suas decisões sem consultá-los. As detenções de diversos membros do Hamas, pela inteligência jordaniana, no início de 1999, desagradaram à liderança da Irmandade Muçulmana. Tal tensão foi exacerbada quando, no mesmo ano, dois guarda-costas de Meshaal foram detidos para não realizar licenças de armas (CHEHAB, 2007, p. 132).

Em 29 de agosto de 1999, o governo da Jordânia publicou uma declaração ordenando o fechamento do escritório do Hamas, em Amã, e proibindo suas atividades. Também emitiu um mandado de prisão contra o chefe de seu escritório político, Khaled Meshaal, e seus companheiros, o que irritou o ramo jordaniano da Irmandade Muçulmana. Três líderes do Hamas, incluindo Meshaal, que estavam em visita à Teerã, resolveram viajar para Damasco com o intuito de alcançar um entendimento sobre a situação e eximir-se de um confronto com a Jordânia. A cooperação e a compreensão mútua entre o Hamas e a Jordânia chegaram ao fim (CHEHAB, 2007, pp. 132, 133).

Já no começo dos anos 1990, o Hamas iniciou sua amizade com o Qatar, quando o Sheikh Hamad bin Khalifa era o príncipe herdeiro. A relação ficou mais estreita em 1995, quando Hamad foi nomeado Emir. Meshaal declarou que “a Jordânia estava à procura de um pretexto para encerrar a presença do Hamas no país, acreditou nas afirmações de que as armas e outras irregularidades tinham sido encontradas”, mas reiterou que “nenhuma delas era verdade”. A Jordânia apenas consentiu em liberar Meshaal se este concordasse em deixar o país. Em um de novembro de 1999, ele foi escoltado da prisão ao Aeroporto

Marka, em Amã, onde embarcou em um voo privado. Muhammad Abdullah al-Mahmoud, membro do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Qatar, também estava a bordo, e os membros do Hamas foram levados para Doha, capital do Qatar (CHEHAB, 2007, p. 133).

Porém, em janeiro de 2012, uma visita de Meshal a Amã foi organizada com a mediação do Qatar. Abdullah é um forte aliado americano na região, e conceder um status secundário à Meshal parecia ser não só uma questão de protocolo, mas também um recado para as sensibilidades em Washington e em Israel, onde o Hamas é considerado uma organização terrorista devido seus ataques contra civis em Israel. Meshal, acompanhado por seu vice e quatro altos funcionários do Hamas, afirmou após a reunião que seu grupo “respeitaria os limites de qualquer relacionamento determinado pelos dois lados”. Ele ainda acrescentou que o Hamas estava ansioso para “estabelecer relações únicas com a Jordânia”, e deu garantias de que “o movimento procura a segurança de Jordânia e sua estabilidade”. Abdullah declarou que “as negociações entre ambos os lados, com o apoio da comunidade internacional, é a única maneira para o povo palestino recuperar seus direitos”, de acordo com um comunicado da corte real (GREENBERG, 2012, s/p).

### *A Síria e o Hamas*

A relação com a Síria remonta ao início dos anos 1990. Juntamente com o Irã, a discordância com Arafat, defensor dos acordos de Oslo e de Madrid com Israel, ajudou a fortalecer seu relacionamento com Damasco. Vários encontros entre Arafat e Hafez al-Assad, nesse momento presidente da Síria, tinham sido tépidos, visto que havia desconfiança entre eles. Arafat tinha a sensação de que a Síria desejava ter a última palavra sobre qualquer resolução para a Palestina. Em uma reunião do Conselho Nacional Palestino (CNP), realizada na Universidade de Damasco, em 1979, Assad, em seu discurso, fez alusão à Palestina como “a parte sul da Síria”. Já Arafat, ao fazer seu último discurso na conferência, revidou com uma pitada de humor, referindo-se à Síria como “a parte norte da Palestina” (CHEHAB, 2007, p. 143).

Com a invasão israelense no Líbano, em 1982, Arafat e a OLP foram expulsos, recebendo passagem segura para saírem do país. A reação natural seria escolher a capital síria, Damasco, para deslocar sua base e um grande número da população palestina, contudo,

Arafat optou pela Tunísia, onde, segundo o presidente palestino, ele poderia preservar sua independência, o que desagradou o presidente sírio. Mais tarde, quando Arafat visitou Damasco, a partir da Tunísia, ele foi informado de que era “persona non grata” e foi exigida a sua saída do país. Então, Arafat foi escoltado para o aeroporto por um oficial de baixa patente da inteligência síria para garantir a sua partida (CHEHAB, 2007, pp. 143, 144).

Poucos meses antes, os indícios de tensão entre Arafat e Assad surgiram quando a Síria começou a demonstrar simpatia para com alguns dos rivais de Arafat dentro do movimento Fatah, quais sejam: Abu Moussa, Abu Saleh, e Kadri, os quais estabeleceram uma sede independente em Damasco. Assim que o Hamas abriu um gabinete de informação em Damasco, os membros do bureau político do movimento deslocaram-se para a capital síria, onde se tornaram atuantes na Aliança das Dez Facções Palestinas, reunindo-se frequentemente para organizar suas atividades e chegar a um acordo sobre uma forma de enfrentar EUA, Israel e a Autoridade Palestina. O crescente suporte ao Hamas, na Cisjordânia e em Gaza, contribuiu para o fortalecimento da relação com a Síria (CHEHAB, 2007, pp. 144-145).

A maioria das facções palestinas, com suas bases na capital síria, não compartilhava o apoio oferecido ao Hamas. Contudo, o governo sírio congratulou a organização como um “movimento de resistência legítimo contra a ocupação israelense”. Na Conferência de 1996, o partido al-Ba’ath sinalizou a importância de uma aliança entre ambos caracterizando o movimento como “nacionalista e islamita”. O Hamas tinha liberdade para traçar a sua própria estratégia dentro dos territórios ocupados apesar da cooperação existente entre o Hamas e o Hezbollah. Embora esta relação derive da resistência à ocupação, o relacionamento entre eles tornou-se mais sólido devido suas ligações com a Síria e o Irã (CHEHAB, 2007, pp. 145-146).

O primeiro indício de uma clara aliança entre a Síria e o Hamas manifestou-se em 1994, momento em que preparativos para a criação de uma Autoridade Palestina em Gaza e Jericó estavam em curso e o Rei Hussein sinalizou que estava disposto a assinar um tratado de paz com Israel, contrariando sua promessa de esperar por uma solução global. Enquanto Hussein reunia-se com funcionários da administração Clinton em Washington, uma delegação do Hamas, liderada por Ibrahim Ghoshi, chegou à Damasco e se encontrou com altos funcionários do governo sírio, dentre eles, o vice-presidente Abdul Halim Khaddam e o ministro do Exterior,



Farouq al-Sharaa. Após o seu regresso à Amã, Ghoshi mencionou que “tal encontro inaugurou uma nova era de relações entre o Hamas e a Síria, marcada pela consideração e compreensão mútua” (GAMBILL, 2002, s/p).

Sheikh Izz al-Din Khalil, comandante da ala militar do Hamas, chegou à Damasco e estabeleceu uma sede para a ala militar do movimento. Khalil fazia parte dos membros do Hamas que foram deportados de Gaza para o sul do Líbano em 1992, mas um dos poucos que decidiu não retornar. Na Síria, trabalhou juntamente com a inteligência militar síria. Com a chegada de Alami em 1995, Damasco transformou-se no centro das atividades do grupo – planejamento estratégico, comando e controle. A escolha pela capital síria deveu-se ao fato de que o país manteve uma posição rígida com relação a Israel, além das poucas restrições exigidas pelo governo sírio acerca das atividades do Hamas, se comparadas com as exigências da Jordânia. Além desses atrativos, Damasco ainda poderia contribuir para que o Hamas mantivesse contatos com o Irã, visto que nenhum outro país árabe nutria fortes relações com a República Islâmica (GAMBILL, 2002, s/p).

Em Julho de 1996, os jordanianos apresentaram a Damasco um documento minucioso sobre o Hamas e outras organizações islâmicas na Síria, que estavam planejando ataques contra alvos israelenses e jordanianos. Ao ser pressionado pelos EUA e Israel, o governo de Assad prendeu diversos membros do Hamas e do Jihad Islâmico, bem como militantes islâmicos do Egito e Iêmen. Entretanto, a atitude do governo sírio foi breve e todos os militantes dos dois movimentos foram libertados “às escuras”. Durante algum tempo, os sírios também proibiram o escritório de Damasco a partir da emissão de créditos de responsabilidade por ataques terroristas do Hamas. Por outro lado, o regime de Assad permitiu acesso virtual ilimitado e instalações ao movimento, o qual aproveitou a oportunidade para fazer contatos com membros do Hezbollah, quando vários militantes do Hamas foram deportados para o sul do Líbano em 1992 (GAMBILL, 2002, s/p).

Dias após o sequestro do soldado israelense, Gilad Shalit, planejado pelas facções palestinas incluindo o braço militar do Hamas, quatro aviões de guerra israelenses sobrevoaram o palácio de verão do presidente sírio, Bashar al-Assad (filho de Hafez al-Assad), em Latakiya, na Síria. Voando em baixa altitude, os jatos faziam parte de uma operação israelense a fim de pressionar o governo sí-

rio para que expulsasse Meshaal do país. Segundo Israel, “Meshaal tinha ordenado e orquestrado de Damasco o sequestro de Shalit”. Haim Ramon, ministro da Justiça, afirmou que “Meshaal era um alvo para assassinato. Ele está em nossa mira. Ele é alguém que está, na verdade, supervisionando e comandando atos terroristas”. Avi Dichter, ministro do Interior e ex-chefe do Shabak (Agência de Segurança de Israel), declarou que “a razão não se baseava em colocar Meshaal numa prisão israelense. Israel, como nação esclarecida, colocou algumas restrições sobre si mesmo”. No entanto, Dichter não revelou que, dois anos antes, agentes do Mossad tentaram assassinar Meshaal, em Damasco (CHEHAB, 2007, p. 149).

Em setembro de 2012, Meshaal encerrou suas atividades, fechou seu escritório em Damasco e começou a passar a maior parte do tempo no Qatar, país inimigo de Assad e um dos países que forneceu armas e capital aos insurgentes sírios. Quando a revolta popular contra Assad eclodiu, em março de 2011, os 500 mil palestinos que estavam na Síria como refugiados, primeiramente, tentaram manter-se distantes do conflito. Mas, após alguns meses, os palestinos começaram a protestar e alguns até se juntaram aos rebeldes sírios que tentam derrubar o governo de Assad. A mídia estatal da Síria promoveu um violento ataque contra Meshaal acusando-o de traição e ingratidão, como também por ignorar seu protetor, presidente da Síria, em um momento difícil:

O avião que o levava era enviado de volta dos céus dos aeroportos como se ele fosse uma peste. Doha, Ancara, Amã e Cairo, todos lhe deram as costas, porque Israel vetou sua acolhida, e apenas Damasco ousou desafiar o veto israelense. A única interpretação possível para a postura repentinamente acolhedora deles é que você não é mais procurado pela ocupação e não é mais uma ameaça à segurança deles. A Síria não se arrepende, porque não o fez esperando lealdade ou agradecimento. A Síria está feliz, porque a pessoa que traiu a resistência por poder partiu (BARNARD; MOURTADA, 2012, s/p).

## Panorama atual

Em 24 de julho de 2015, um funcionário do alto escalão do Hamas concedeu uma entrevista à Al Jazeera, na qual confirmou as afirmações de que o Irã havia interrompido o apoio militar à organização. Esse ato causou um grande impacto na disputa pelo poder entre duas alas do movimento: política e militar, pois o Irã exercia

a função de patrono-chefe do braço militar. O corpo político do Hamas, então, resolveu efetuar aberturas diplomáticas em direção à Arábia Saudita, como também a realização de uma reunião entre Khaled Meshaal e Sergei Lavrov, ministro das relações exteriores da Rússia, em Doha. Entre os anos 2000 e 2004, a Arábia Saudita custeou a maior parte das operações do movimento. Segundo avaliações israelenses, o GCC (Gulf Cooperation Council) cooperou com US\$ 12 milhões anuais para o orçamento do Hamas, enquanto o Irã contribuía com US\$ 3 milhões. Porém, em 2004, tal suporte financeiro diminuiu devido à pressão norte-americana (RAMANI, 2015, s/p).

O discurso agressivo iraniano dirigido a Israel fez com que o Irã se tornasse o aliado e financiador ideal para o Hamas. Todavia, as relações entre ambos têm sido prejudicadas, desde 2011, visto que o Irã garante apoio ao governo sírio de Assad. A amizade entre os dois apenas foi retomada no final de 2014, momento em que o Hamas procurou um aliado regional capaz de combater a oposição egípcia feita pelo presidente Abdel Fattah al-Sisi. Ao preferir estreitar as relações com a Arábia Saudita, mais comedida em suas críticas contra Israel, a ala política do Hamas pode estar demonstrando o desejo de melhorar sua imagem internacional. Os crescentes envolvimento da organização com a Arábia Saudita e a Rússia podem ser justificados devidos dois aspectos: ou o Hamas está tentando expandir seus recursos financeiros criando uma concorrência entre a Arábia Saudita e o Irã; ou faz parte da luta pelo poder entre as duas alas do Hamas (RAMANI, 2015, s/p).

Certamente, a liderança da ala política do Hamas anseia por um cessar-fogo com Israel com a finalidade de abrandar o bloqueio israelense permanente em Gaza. A influência do braço militar sobre a ala política na tomada de decisões de política externa gera impopularidade à liderança do Hamas na Faixa Gaza. A péssima condição econômica de Gaza, derivada do bloqueio e da recusa do Egito em apoiar o movimento, fez com que o Hamas preferisse um acordo de trégua, essencial para a sua sobrevivência na seara política, a longo prazo. Todavia, a supremacia da ala militar e o Irã, o qual está disposto a fornecer capacidades militares para enfrentar Israel, prejudicaram a credibilidade da oferta de uma trégua a Israel. Meshaal necessita reverter esse quadro para que a ala política do Hamas consiga adquirir confiabilidade e, conseqüentemente, apoio financeiro. O suporte da Arábia Saudita pode modificar a ba-

lança de poder em Gaza, beneficiando a ala política mesmo se o Irã retomar o financiamento para operações militares (RAMANI, 2015, s/p).

Na ausência de outro aliado leal – a relação do Irã com o Fatah é instável e, em março de 2015, o apoio financeiro ao Jihad Islâmico foi suspenso devido à neutralidade deste no conflito do Iêmen – o Irã pode retomar seus recursos financeiros à ala política do Hamas, pois ao contrário da Arábia Saudita, o Irã não carece de uma estabilidade entre o Hamas e o Fatah. Além disso, as relações entre Arábia Saudita e Qatar e a difícil relação do Qatar com o Irã indicam que o Qatar não apoiará uma ala militar pró-Irã. A falta de motivações competitivas entre Qatar, Arábia Saudita e Irã ofereceriam à Meshaal uma enorme quantia de recursos financeiros, o que ajudaria a cimentar seu controle do poder e enfrentar a crise econômica de Gaza. As divergências ideológicas com a Arábia Saudita, novo aliado do Hamas, insinuam que tal aliança não demonstra firmeza, mas que o objetivo do Hamas baseia-se em criar uma guerra de ofertas por sua lealdade, enriquecendo o padrão político da organização (RAMANI, 2015, s/p).

O auxílio proveniente da Arábia Saudita ofertaria à ala política do Hamas uma capacidade organizacional e recursos financeiros necessários para impedir que a asa militar eternize uma imagem radical. Em julho de 2014, o corpo político conseguiu interromper as tentativas de capturar reféns israelenses e executar um ataque surpresa contra Israel pelas Brigadas al-Qassam, ala militar do Hamas. Meshaal afirmou que “tal plano incitaria uma grande represália israelense, o que agravaria a crise humanitária em Gaza”. Meshaal, ao conseguir alterar as políticas do Hamas, garantindo que Israel não tenha motivos para operar mais ataques aéreos e reunir as elites políticas do movimento ao redor da retórica pacífica dos direitos de soberania palestina, aumentaria sua popularidade, tanto em Gaza como internacionalmente, afastando ainda mais a ala militar (RAMANI, 2015, s/p).

O Hamas tem plena consciência de que sua estratégia em direção à Arábia Saudita é estimulada e explicada não pela semelhança ideológica, e sim pela necessidade. O relacionamento da Arábia Saudita com o governo egípcio de Sisi e seus laços diplomáticos com os rivais do Hamas – como, por exemplo, o Fatah – está em discordância com os ideais do Hamas, especialmente desde as detenções de diversos ativistas do Hamas na Cisjordânia, o que perpetuou as

rivalidades entre as referidas organizações palestinas. Devido a tais antagonismos, o Hamas menciona “apenas em curto prazo” quando se refere à sua aproximação com o governo saudita. Por outro lado, a organização admite que um isolamento da sua ala militar, mesmo por um curto espaço de tempo, poderia debilitá-la materialmente (RAMANI, 2015, s/p).

Já com relação ao Irã, este ainda almeja um lugar de liderança na criação de um Estado palestino independente e Rouhani declarou que “o país advogará qualquer acordo de paz, desde que haja anuência por parte do povo palestino”. Caso Meshaal considere o enfraquecimento da asa militar como algo que melhore a situação econômica de Gaza, elucidando que a abordagem extremista do al-Qassam acaba contribuindo para o bloqueio israelense, o Irã também pode julgar a ala militar como um grande empecilho à causa palestina (RAMANI, 2015, s/p). Ainda sobre o bloqueio à Gaza, vale salientar que, em abril de 2016, Israel decidiu amenizar o bloqueio marítimo e estender a área na qual os pescadores palestinos estarão autorizados a trabalhar:

“A zona de pesca, autorizada no Mediterrâneo, passará das atuais seis milhas náuticas (11 km) a nove milhas, mas apenas diante das costas meridionais da Faixa de Gaza”, anunciaram Nizar Ayyash, presidente do sindicato de pescadores de Gaza, e o COGAT, órgão do Ministério da Defesa de Israel, responsável por coordenar as atividades israelenses nos territórios palestinos ocupados. A zona de pesca seguirá limitada a seis milhas ao norte de Wadi Gaza, rio que divide a Faixa de Gaza (FRANCE PRESSE/G1 MUNDO, 2016, s/p)<sup>5</sup>.

Desde a derrubada do presidente egípcio Muhammad Mursi, em 03 de julho de 2013, o Hamas esteve na mira do governo egípcio. O regime do Cairo iniciou uma campanha para destruir os túneis fronteiriços e acusou o Hamas de apoiar organizações terroristas na Península do Sinai, além de considerar a ala militar do Hamas uma organização terrorista. O Egito também intensificou o bloqueio à Faixa de Gaza ao fechar a passagem de Rafah. Dessa forma, o papel de liderança do Egito com relação à causa palestina desapareceu (QATRAWI, 2016, s/p). Após seis meses da última visita ao Egito por representantes do Hamas, em setembro de 2015, uma delegação composta por altos funcionários do movimento fez uma visita de cinco dias ao Cairo, em 12 de março. Segundo um

5. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/israel-ameniza-o-bloqueio-maritimo-imposto-a-gaza.html>

membro de alta patente do Hamas que esteve presente nas conversações com o Egito:

As reuniões abordaram uma série de tópicos importantes de segurança, como o rapto de quatro militantes do Hamas na Península do Sinai, em 20 de agosto de 2015, a demanda do Hamas para abrir permanentemente a passagem de Rafah e a acusação feita pelo Egito de que o Hamas estaria envolvido no assassinato do ex-procurador-geral egípcio, Hisham Barakat, em junho de 2015, além da continuação do trabalho em alguns túneis entre a Faixa de Gaza e o Sinai. Embora tenhamos enfatizado a nossa não interferência nos assuntos internos egípcios, continuamos a controlar nossas fronteiras de segurança com o Sinai (AMER, 2016, s/p).

A visita da delegação do Hamas ao Cairo pode ter trazido uma esperança de que um novo rumo nas relações bilaterais entre ambas as partes será iniciado. Em 17 de maio, um comunicado feito pelo porta-voz do Hamas, Sami Abu Zuhri, ilustrou o contentamento do grupo com as recentes declarações egípcias sobre a reconciliação com o movimento e confirmou a sua disponibilidade para lidar com esses esforços para acabar com a divisão palestina e abrir uma nova página com o Egito (QATRAWI, 2016, s/p).

Já a relação com o Qatar teve um recomeço quando Israel bloqueou a Faixa de Gaza após a vitória do movimento nas eleições de 2006. O relacionamento ganhou maior dinamismo na cúpula de Doha, realizada durante o conflito em Gaza, em 2008 e 2009. Meshaal foi convidado a participar da cúpula e, pela primeira vez, sentou-se ao lado de chefes de estados árabes, dentre eles, Sheikh Hamad bin Khalifa al-Thani, Emir do Qatar, Bashar al-Assad, presidente sírio, Mahmoud Ahmadinejad, na época presidente do Irã, e Recep Tayyip Erdogan, na ocasião primeiro-ministro da Turquia. Durante a cúpula, o Qatar declarou que “forneceria US\$ 250 milhões para reparar os danos causados pelo conflito”. Tais acontecimentos fizeram do Qatar o principal jogador na questão palestina. Este novo ator no cenário palestino considerou o bloqueio à Gaza “injusto e imoral”, fazendo com que Ismail Haniyeh e seus ministros agradecessem o Qatar pelo “apoio incondicional e ininterrupto”. Logo, o Qatar iniciou apoio político, material, humanitário e social (AMER, 2013, s/p).

O Qatar ajudou o Hamas financeiramente através de doações, subsídios e projetos de campo com o intuito de preencher o vácuo deixado pela cessação do apoio iraniano. Além desses, o Qatar também deu ao Hamas um papel regional, pois o país foi considerado

a “madrinha” do movimento em fóruns regionais e internacionais. A título de exemplo vale citar a visita do Emir do Qatar à Gaza, em outubro de 2012, para discutir uma possível reconciliação entre o Fatah e o Hamas. Por outro lado, a política do Qatar é mais equilibrada do que a do resto dos Estados Árabes do Golfo, apesar da concessão e apoio ao Hamas e, deve ser lembrado que o Qatar abriga as mais importantes bases militares dos EUA na região. Dessa maneira, o Qatar não poderá fornecer ao Hamas apoio militar (AMER, 2013, s/p).

De acordo com o exposto acima, o Hamas tem plena consciência de que o apoio do Qatar jamais alcançaria o nível militar, o que aconteceu quando o Hamas formalizou aliança com o Irã. No entanto, a ajuda militar é a procura mais urgente do movimento. Essa questão foi o foco de discussão entre duas alas do movimento quando foram discutidas suas antigas e novas alianças (AMER, 2013, s/p).

## Conclusões

Khaled Hroub (2008, p. 202) analisou dois cenários possíveis para o Hamas. O cenário favorável reside na condição do movimento demonstrar eficiência no governo, o que implica enfrentar muitos e difíceis desafios: assegurar apoio financeiro da comunidade internacional para garantir o controle do governo; cumprir o prometido com relação às difíceis situações enfrentadas pelos palestinos; melhorar a posição dos palestinos diante de Israel sem abdicar de seus princípios fundamentais; controlar as facções armadas que podem prejudicar o Hamas ao causar caos e medo nas ruas palestinas. Dessa forma, o movimento conservaria sua popularidade, além de ganhar experiência política.

Com relação à análise do cenário desfavorável, isso aconteceria se, para o povo palestino, o Hamas falhar internamente, o que ocorreria se as pressões norte-americana e europeia sobre o Hamas fossem oriundas da rivalidade interna. Com o intuito de atenuar as pressões externas, o movimento deveria reconsiderar suas principais posições em relação ao reconhecimento de Israel. Todavia, caso isso sucedesse sem assegurar conquistas essenciais para os palestinos, o Hamas poderia perder muito. Caso o grupo tome tal atitude com o intuito de manter uma coerência política, o Hamas adiará o comando para ataques militares contra alvos israelenses. Por ou-

tro lado, outras facções palestinas militares aproveitariam a chance para ultrapassar o Hamas na área militar, declarando que são mais fiéis ao propósito da resistência do que o próprio movimento Hamas. Neste caso, o grupo poderia entrar num combate armado contra essas facções e o péssimo resultado desse cenário seria o surgimento de uma guerra civil (HROUB, 2008, pp. 202, 203).

Ao que concerne à política externa do Hamas, questão primordial deste artigo, a organização está tentando preservar os relacionamentos com seus financiadores de longa data, principalmente com o Irã. Um funcionário do alto escalão do Hamas, preferindo a condição de anonimato, sustentou:

O Irã é um amigo. Foi um amigo muito próximo, não se esqueça disso. Mas, hoje existem esforços para normalizar os laços mais uma vez. Isso leva a enfrentar alguns obstáculos de ambos os lados. [...] Havia planos para que Khaled Meshaal fizesse uma visita à Teerã, mas, em várias ocasiões, as visitas foram canceladas devido à nossa incerteza se tudo sairia como planejado (HASHEM, 2015, s/p).

Meshaal estava apreensivo com a possibilidade de não ser recebido pelo líder supremo do Irã e, dessa forma, uma viagem à Teerã seria desnecessária sem uma reunião com o aiatolá Ali Khamenei (HASHEM, 2015, s/p). Uma delegação com membros do alto escalão do Hamas chegou à Teerã, em nove de fevereiro de 2016, com o intuito de participar da comemoração do 37º aniversário da Revolução Islâmica do Irã. Membros do comitê executivo, Muhammad Nasr e Usama Hamdan, conduziram a delegação do Hamas e aproveitaram a chance para receber vários funcionários iranianos, incluindo nesta lista Ali Larijani, presidente do parlamento iraniano, e Ali Shamkhani, secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional. Por anos, tentativas foram feitas para que um ponto em comum fosse encontrado, visto que diversos componentes causaram um arrefecimento nas relações com a ala política do Hamas, mas não prejudicou as relações com o braço armado, as Brigadas al-Qassam (HASHEM, 2016, s/p).

Os líderes da ala militar – Ahmed Jabari, morto pelas Forças de Defesa de Israel em 2012, e Muhammad al-Deif – preservaram os laços com o Irã, pois tinham ciência de que para conservar seu poderio militar e sua alta posição dentro do movimento, eles deveriam cultivar boas relações com o Irã. Eles sabiam que o apoio de Teerã era indispensável. Como já exposto, diversos esforços foram feitos para preparar uma reunião de reconciliação entre Meshaal e autoridades



de Teerã, mas não surtiu o resultado esperado. Meshaal, sentindo-se sem opção, tomou a decisão de tentar uma aproximação com a Arábia Saudita. Tal fato poderia causar uma mutação ao Hamas: de um movimento conduzido por sua ala militar, que em várias ocasiões reverteu em confrontos com Israel, para um movimento conduzido pela ala política. Logicamente isso não aconteceria do dia para a noite, porém, as repercussões de haver um Hamas sob o esteio saudita não deve ser menosprezado (ELDAR, 2015, s/p).

O capital saudita, cedido ao movimento, não deverá ser utilizado para objetivos militares. A Arábia Saudita, tradicionalmente, sempre forneceu ajuda humanitária para os países árabes que se encontram em perigo e o mesmo vale para os palestinos da Faixa de Gaza. Assim, o rei Salman Bin Abdul-Aziz AL-Saud enfatizou à Meshaal que “o apoio financeiro deverá ser utilizado exclusivamente para restituir Gaza e atenuar o sofrimento dos seus habitantes”. Portanto, conclui-se que esta aliança pode abalar a posição da ala militar do Hamas, visto que o montante monetário provavelmente será enviado através de órgãos civis do movimento (ELDAR, 2015, s/p).

O rei saudita prefere não se envolver em operações militares inúteis contra Israel ou em eventos que possam dificultar seu relacionamento com os Estados Unidos. O Hamas encontra-se em uma situação difícil, pois se a organização palestina atuar conforme as regras de conduta estabelecidas pelos sauditas, abdicando o uso da violência, o movimento resolverá seus problemas financeiros mais emergentes. Caso escolha não aceitar as exigências por parte o governo saudita, a sua “tábua de salvação financeira” será interrompida. Abu Marzouk, fundador do escritório político do Hamas, é considerado um gênio financeiro e, portanto, o candidato ideal para ocupar o cargo de “ministro das finanças” do Hamas. A transferência de dinheiro para a ala militar será meticulosamente controlada (ELDAR, 2015, s/p).

Antes de elaborar um cenário futuro do Hamas para os próximos anos, deve-se ressaltar que o Hamas é um movimento onde seus membros tomam atitudes independentes, prejudicando as ações da ala política. A organização estabeleceu uma nova sede oficial em Istambul, na Turquia, a ser operada por Saleh al-Arouri, com aprovação das autoridades turcas. Parece improvável que Arouri siga as recomendações do escritório político, já que tem ignorado as ordens do movimento e dirigido uma luta armada contra Israel e a Autoridade Palestina.

As tensões entre o Hamas e a Autoridade Palestina, em especial, o movimento Fatah, o qual também recebe apoio da Arábia Saudita, alcançaram novos níveis em 2015. Acusações entre ambos e uma série de detenções de ativistas do Hamas na Cisjordânia aumentaram as divergências com a Autoridade Palestina. Resta saber se a Arábia Saudita conseguirá amenizar tais tensões.

Ao longo de sua trajetória, o Hamas tem se deparado com difíceis decisões, nas quais as suas escolhas conseguiram descaracterizar tanto seu caráter quanto sua conduta. Uma vez que todas as outras opções mostram-se fechadas, fazer uma aliança com a Arábia Saudita ilustra o único meio que pode salvá-lo de uma derrocada. Levando-se em conta seus erros do passado, o movimento deve aprender com as experiências vividas e alterar sua política (ELDAR, 2015, s/p).

## Referências

AMER, Adnan Abu. Hamas ties to Qatar have cost. **Almonitor**. The Pulse of the Middle East. April 22, 2013. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2013/04/hamas-qatar-relationship-independence.html>> Acesso em: 10/07/2016.

AMER, Adnan Abu. Has there been a breakthrough in Hamas-Egypt ties? **Almonitor**. The Pulse of the Middle East. March 24, 2016. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/03/hamas-visit-egypt-renew-ties.html>> Acesso em: 09/07/2016.

BARNARD, Anne; MOURTADA, Hania. Críticas de TV estatal síria ao Hamas evidencia fragilidade na relação do grupo com Assad. **UOL Notícias**. 4 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://m.noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2012/10/04/ataques-detcv-estatal-a-lider-do-hamas-evdiencia-fragilidade-na-relacao-do-grupo-com-assad.htm>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

BBC NEWS. Saiba mais sobre o Hezbollah. 25 de janeiro de 2011. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/01/110125\\_perfil\\_hezbollah\\_ji.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/01/110125_perfil_hezbollah_ji.shtml)>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

BLAIR, David. Khaled Meshaal: How Mossad bid to assassinate Hamas leader ended in fiasco. **The Telegraph**. December, 07, 2012. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/palestinianauthority/9730669/Khaled-Meshaal-How-Mossad-bid-to-assassinate-Hamas-leader-ended-in-fiasco.html>> Acesso em: 08/07/2016.

BRANDENBURG, Rachel. Iran and the Palestinians. **The Iran Primer**. United States Institute of Peace. 2010. Disponível em: <<http://iranprimer.usip.org/source/iran-and-palestinians>> Acesso em: 09/07/2016.

CHEHAB, Zaki. Inside Hamas: The Untold Story of Militants, Martyrs and Spies. In: **International Relations**. I.B.Tauris & Co Ltd, London – New York, 2007. Chapter 7, pp. 129-149.

DAHER, Joseph. Hamas: Dynamics & Evolution. **Mufah**. September 17, 2012. Disponível em: <<http://muftah.org/hamas-dynamics-evolution/#.VwKsWKQR-LIX>> Acesso em: 04 de abril de 2016.

ELDAR, Shlomi. Will Saudi Arabia save Hamas? **Almonitor**. 29 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/07/israel-hamas-iran-funding-saudi-arabia-military-wing-quiet.html>>. Acesso em: 17 de abril de 2016.

GAMBILL, Gary C. Sponsoring Terrorism: Syria and Hamas. **Middle East Intelligence Bulletin**, v.4, n.10, out. 2002. Disponível em: <[https://www.meforum.org/meib/articles/0210\\_s1.htm](https://www.meforum.org/meib/articles/0210_s1.htm)> Acesso em: 08/07/2016.

GLENN, Cameron. Who are Yemen's Houthis? The Iran Primer. **United States Institute of Peace**. April 29, 2015. Disponível em: <<http://iranprimer.usip.org/blog/2015/apr/29/who-are-yemens-houthis>> Acesso em: 10/07/2016.

GREENBERG, Joel. Hamas leader Khaled Meshaal visits Jordan's King Abdullah II as relations ease. **The Washington Post**. Middle East. January 29, 2012. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/world/middle\\_east/hamas-leader-visits-jordan/2012/01/29/gIQAvNs5ZQ\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/hamas-leader-visits-jordan/2012/01/29/gIQAvNs5ZQ_story.html)> Acesso em: 10/07/2016.

G1 MUNDO. Israel ameniza o bloqueio marítimo imposto a Gaza. 1 de abril de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/israel-ameniza-o-bloqueio-maritimo-imposto-a-gaza.html>>. Acesso em: 17 de abril de 2016.

HASHEM, Ali. Hamas caught between Tehran and Riyadh. **Almonitor**. 23 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/08/iran-hamas-ties-saudi-arabia.html>>. Acesso em: 17 de abril de 2016.

HASHEM, Ali. Hamas and Iran: new era, new rules. **Almonitor**. 19 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/02/iran-hamas-arab-spring-tehran-visit-repair-relations.html>>. Acesso em: 17 de abril de 2016.

HROUB, Khaled. **Hamas: um guia para iniciantes**. Difel, Rio de Janeiro, 2008.

KRAMER, Martin. Iran, Hizbullah, Hamas and the global jihad: a new conflict paradigm for the West. In: **Hamas: "Glocal" Islamism**. Jerusalem Center for Public Affairs, 2007, p. 61.

MUSLIH, Muhammad. The Foreign Policy of Hamas. Council on Foreign Relations. In: **Conclusions and Policy Implications**. New York, 1999, pp. 44-46.

QATRAWI, Iyad. Are Hamas, Egypt nearing reconciliation? **Almonitor**. The Pulse of the Middle East. June 2, 2016. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/06/abu-zuhri-interview-al-monitor-hamas-egypt-ties.html>> Acesso em: 09/07/2016.

RAMANI, Samuel. Hamas's Pivot to Saudi Arabia. **Carnegie Endowment for International Peace**. Washington-DC. 17 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/sada/?fa=61315>> Acesso em: 23 de março de 2016.

TAYLOR, Adam. Who are Hamas's friends these days? It's more complicated than you might think. **The Washington Post**. 1 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/08/01/who-are-hamass-friends-these-days-its-more-complicated-than-you-might-think/>>. Acesso em: 15/04/2016.

TOAMEH, Khaled Abu. How Iran is encircling the Gulf and Israel. Gatestone, Institute International Policy Council. **Gatestone Institute**. International Policy Council. 27 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://pt.gatestoneinstitute.org/5197/ira-cercando-golfo-israel>> Acesso em: 05 de abril de 2016.

WILSON, Scott. Hamas sweeps Palestinian Elections, Complicating Peace Efforts in Mideast. **The Washington Post**. 27 de janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/01/26/AR2006012600372.html>>. Acesso em: 23/04/2016.

WRIGHT, George. Israel assassinates Hamas leader. **The Guardian**. 22 de março de 2004. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2004/mar/22/israel1>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

# Ganancias absolutas y/o relativas de Estados Unidos y Rusia en el caso Siria

## *Absolute and Relative gains of the United State and Russia in the Syria's Case*

Yulieth Martinez  
Claudia Vásquez

### **Resumo**

El presente documento pretende analizar las ganancias absolutas y/o relativas que se generaron entre Estados Unidos y Rusia, al involucrarse en la Guerra Civil Siria; así como dinámicas e intereses relacionados al dominio de un recurso natural estratégico: el GAS. Por lo cual, se comenzó por analizar los conceptos de ganancias absolutas y relativas. Para seguir con la descripción de las condiciones geopolíticas de la República Árabe Siria, y su importancia para las dos potencias involucrados. Terminando con la valoración de las relaciones de cooperación y hasta de dependencia que se erguen en torno al gas. Evidenciando que, la cooperación puede favorecer la obtención de ganancias que permiten fortalecer la influencia de Estados en regiones determinadas.

**Palabras Claves:** Cooperación, Estados Unidos, Ganancias Absolutas y Relativas, Gas, Rusia, Siria.

### **Abstract**

This paper aims to analyze the absolute and / or relative gains obtained by United State and Russia to become involved in the Syrian Civil War, as well as dynamic and interests related to the domain of a strategic natural resource: GAS. Consequently, we refer at first to examine the concepts of absolute and relative gains. Then, we continued with the description of geopolitical conditions of the Syrian-Arab's Republics and its importance to the two powers involved. Finally, the paper finishes with the assessment of cooperative relations and even dependency generated around the gas. In addition, this paper demonstrates that cooperating in International Relations is a tool that facilitates the pursuit of profit allowing the strengthening of a Power's influence in a particular region.

**Key Words:** Cooperation, United States, Absolute and Relative Gains, Gas, Russia, Syria.

## Introducción

La política en las relaciones internacionales parece estar encaminada a desarrollarse en un ambiente de equilibrio de poder, ya no visto desde el sustento de dos bloques o unilateralmente, sino de múltiples fuerzas (Harvey, 2003, p. 16) que están dispuestas a cooperar entre sí, en situaciones en las que hay una mezcla de intereses conflictivos y complementarios (Axelrod, Keohane, 1985). Es así como el *Caso Siria*, refiriéndose con esto a su Guerra Civil y las condiciones diversas que ésta suscita a nivel internacional, se convirtió en un asunto de cooperación que involucra a potencias como Estados Unidos y Rusia quienes tomaron partido en la guerra civil siria desde extremos contrarios, apoyando a los rebeldes o al régimen de Bashar Al Assad respectivamente.

En este sentido, el presente documento pretende profundizar a la luz de la teoría de las Relaciones Internacionales (RRII) a través del debate dado sobre ganancias absolutas y relativas, cuáles fueron las razones que motivaron a potencias<sup>1</sup> como Rusia a actuar en la defensa del régimen de Bashar al-Assad y Estados Unidos a apoyar al grupo rebelde que se había propuesto derrocar el régimen; pero sobre todo qué beneficios se generaron para las potencias involucradas al actuar de determinada manera.

Al respecto conviene decir que, atrae fuertemente la atención el hecho de que Siria se encuentre en la zona de influencia de dos proyectos gasíferos más significativos de la época, Nabucco y el South Stream liderados por lo que serían a la vez, la primera y segunda nación productoras de Gas a nivel mundial, Estados Unidos y Rusia respectivamente<sup>2</sup>, circunstancia que no solo debe entenderse desde la disposición realista de acumulación de riquezas a través del control de recursos energéticos que sustentó tantas guerras, es decir, que no son los intereses materiales de dichos recursos por si mismos los que determinan el comportamiento de los Estados en

---

1. La categoría de potencia se basa en parte en la reputación de potencia del país que la posee. Actualmente muchos relativizan la de la antigua Unión Soviética. Pero esa potencia era real, ya que la creencia en su existencia motivó la política de potencia de Occidente durante más de 50 años (Gauchon & Huisoud, 2013, p. 18).

2. Según datos de la **BP Statistical Review of World Energy** para junio de 2015, Estados Unidos ocupa el primer lugar en relación a los países productores de gas natural con una cifra estimada en 728.3 billones de metros cúbicos para el año 2014 representando el 21.4% de la producción global, mientras que Rusia, ocupaba el segundo lugar con una producción de 578.7 billones de metros cúbicos estimada para el año 2014, representando el 16.7% de la producción mundial.

el sistema, sino también desde los vínculos que se realizan en torno a dichos recursos con otros Estados y cuan dependientes pueden llegar a ser uno del otro principalmente para el mantenimiento de los sistemas económicos y políticos al interior de los Estados que sustentan el sistema global.

Es en ese punto, donde radica la importancia del presente trabajo, en la medida que se analizaron las relaciones de poder implicadas en el caso sirio, desde una óptica sistémica, donde se destacan las capacidades e intenciones de potencias como Estados Unidos y Rusia para influir en dicha guerra civil, con el fin de asegurar su posicionamiento en la región. Pero aún más importante, el presente trabajo pretende dejar en claro que ese posicionamiento regional puede comprometer uno de mayor escala, el global; ya que el desenlace temporal de la confrontación poderes en torno a Siria, tiene de trasfondo no tan evidente, que involucra el control de bien decisivo en la esfera internacional contemporánea, **el gas**, y su relevancia para el manteniendo del sistema capitalista global al surgir como alternativa energética del petróleo, ya que “la canasta de combustibles cambia y el gas natural se perfila como el combustible por excelencia durante la transición a las energías limpias y baratas del futuro” (VIVES LLABRÉS & MILLÁN ANGEL, 1999, p. 2).

## Ganancias absolutas y relativas en la Teoría de las Relaciones Internacionales

La denominación y concepto de las Ganancia Absolutas y Relativas, surgen por primera vez en el Cuarto Debate de las Relaciones Internacionales (RRII) también conocido como Debate Neorrealismo-Neoliberalismo, debido a las dos corrientes que se encontraban debatiendo en ese momento (SALOMÓN, 2002, p. 3). Dicho debate, se desarrolló en torno a dos cuestiones, según Niu y Ordeshook (1994): La primera era delinear las metas que mejor cuentan las acciones de los estados, especialmente los patrones de cooperación y conflicto; y la segunda, era evaluar si diferentes tipos de instituciones pueden aminorar los conflictos de otra manera, en un ambiente anárquico. Donde los Neorrealistas reconocieron que los Estados pueden estar interesados en obtener ganancias absolutas en el largo plazo, pero que frente a una situación de amenaza se preocupan más por la posición relativa que puedan alcanzar, tanto estos, como sus rivales. En este senti-

do, ese enfoque atenúa la posibilidad de cooperación y el papel de las instituciones como facilitadoras de dicha cooperación. Mientras que, los neoliberales creen que existen menos razones para que los Estados prefieran ganancias relativas sobre las absolutas y por lo tanto, ven mayores oportunidades de cooperación y sobre todo un mejor papel para las instituciones internacionales (NIOU E ORDESHOOK, 1994, p. 209)

De esta manera, la cooperación y el conflicto son dos lados de una misma moneda que siempre ha atraído la atención de los internacionalistas, como variables de análisis del Sistema Internacional. Sin embargo, a comienzo de los noventa, época en que según Salomón (2002) las Ganancias Absolutas y Relativas constituyeron el núcleo del debate; la realidad política internacional apaciguada por la finalización de la Guerra Fría comenzaba a cambiar y a introducir nuevas temáticas de discusión relacionadas a *las posibilidades de Cooperación Internacional*; es decir, ese momento del debate académico, ambas teorías concordaban que era posible llevarla a cabo, solo que en diferentes grados, niveles o situaciones, y sobre todo con diferentes intensiones. Siendo que, para los neorrealistas, la cooperación internacional es más difícil de lograrse, más difícil de mantenerse y más dependiente de las relaciones de poder de los Estados que lo que afirman los neoliberales (SALOMÓN, 2002, p. 16). Según Salomón (2002), los neorrealistas plantearon que los Estados buscan ante todo mejorar su posición relativa frente a los demás, considerando el papel de las instituciones internacionales, aunque de una forma endeble, “afirman que las instituciones afectan las expectativas de cooperación pero *solo de manera marginal*”<sup>3</sup> (MATTHIESEN, 1999, p. 41).

En esta dirección, una de las mayores modificaciones hecha como prerequisite del debate, fue realizada por los liberales, que en ese momento comenzaban a denominarse neoliberales, envolviendo el concepto de Cooperación Internacional. Donde se comenzaban a aceptarse algunas nociones realistas que veían la cooperación como un instrumento para obtener ganancias y no como un compartamiento armonico donde existe afinidad y consonancia de intereses, por el contraio el hecho de que un país este cooperando

3. (...) la anarquía en el sistema internacional restringe la voluntad de los Estados para cooperar. Por ende, la escuela realista considera que las instituciones internacionales (como la Naciones Unidas, Organización de los Estados Americanos) afectan las expectativas de cooperación sólo marginalmente (WALTZ, 1979; MORGENTHAU, 1973; GRIECO, 1990, Citado por MATTHIESEN, 1999).



con otro, puede generar fricciones a nivel local, regional o hasta internacional. Al respecto Axelrod & Keohane (1985) plantean:

Cooperación no equivale a armonía. La armonía exige una total identidad de intereses, pero la cooperación sólo puede tener lugar en situaciones en las que hay una mezcla de intereses conflictivos y complementarios. En esas situaciones la cooperación tiene lugar cuando los actores ajustan su comportamiento a las preferencias reales o previstas de los demás. Así definida, la cooperación no es necesariamente buena desde un punto de vista moral” (Axelrod & Keohane, 1985, p. 226)

Este aspecto es de vital importancia porque según Barbe (1995), tanto la cooperación como el conflicto hacen parte de los procesos básicos del sistema internacional, los cuales se constituyen como aspectos dinámicos “en tanto que sus interacciones van a ser las que determinen la erosión de la estructura y, finalmente, el cambio de sistema” (BARBÉ, 1995, p. 204). De esta forma, la manera como se asumen esos procesos, puede influenciar grandemente en el devenir del sistema y con este, en el porvenir de todos los actores dentro del mismo.

Ahora bien, en el caso puntual de la cooperación, usada como variable de análisis de la temática tratada en el presente documento, ya que constituye el medio por el cual se generan las ganancias absolutas y relativas entre los Estados; tenemos que, según Waltz (2010), la estructura del sistema limita la cooperación, siempre que los impedimentos a la cooperación no estén en el carácter y la intención inmediata de cualquiera de las partes. Pero si en la condición de inseguridad, por lo menos, en la incertidumbre de cada una de las intenciones futuras y acciones del otro pueda volverse en contra de su cooperación (Waltz, 2010, p. 105). Así, ese mismo autor afirma que en la cooperación, el principal objetivo de los Estados es obtener ganancias que se traduzcan en fuentes de poder permitiéndoles mantener su seguridad, pero si las ganancias son asimétricas, la cooperación permite que un Estado logre un beneficio superior en términos de poder, lo que conlleva a que el Estado menos beneficiado de la cooperación, pueda tener un problema para garantizar su seguridad. Según lo anterior, los Estados involucrados en un proceso de cooperación buscarán obtener ganancias relativas, procurando siempre porque su contraparte no obtenga mayores beneficios que estos, que puedan aumentar sus recursos de poder (Waltz, 1975. Citado por Petrollini, 2012, p.7). En otras

palabras, “lo que interesa a los Estados es, mantener o alcanzar una posición de superioridad frente al resto” (SALOMÓN, 2002, p. 15).

### **Siria: aspectos geopolíticos e importancia regional.**

En ese orden de ideas, procederemos a aludir las características generales que presenta la República Árabe Siria, enfocándonos en aspectos geopolíticos como, las interacciones dadas entre los diferentes actores que hoy coexisten e intervienen en el curso político-social de Medio Oriente, su importancia para la estabilidad de la región, y sobre todo llevaremos en consideración cuál es el papel que desempeña en la lucha por el abastecimiento de gas en Europa, aspecto que involucra a Estados Unidos y a Rusia directamente.

Entendiendo que, la “Geopolítica es el análisis de la interacción entre, la configuración y perspectivas geográficas, por una parte, y los procesos políticos por otro lado” (Cohen, 2003, p. 12. Tendríamos que Siria no solo se encuentra ubicada en una de las regiones más inestables de mundo políticamente hablando, sino que además en una zona de conflicto constante, precisamente porque es la zona que alberga las mayores reservas energéticas del mundo, en términos de petróleo y gas; que si bien los precios del petróleo han venido en caída en estos últimos años alcanzando su precio mínimo en 11 años de 34.83 dólares (EGAN, 2016) propiciado por el exceso de demanda, este aún sigue siendo la principal fuente energética del sistema de producción capitalista adoptado por la mayoría de los países y, aunque muchos de ellos hayan comenzado hacer transiciones hacia otro tipo de energía renovables y limpias, la mayoría de sus industrias aún están sujetas a la utilización del petróleo y en menor medida del gas como fuentes básicas de producción.

De esta manera, las relaciones que mantiene el Estado Sirio en cabeza de su presidente Bashar al-Assad, con el resto de Estado de Medio Oriente, oscilan drásticamente entre opositores abiertamente declarados y aliados categóricos. Siendo que, en el primer grupo se encuentran Estados como **Turquía** actual miembro de la OTAN quien se ha propuesto ayudar a los Estados Unidos con su intención de entrenar y equipar a la “oposición moderada” de Siria (AGENCIAS, 2015) lugar que además se ha convertido paso recurrente de los emigrantes sirios que huyen hacia Europa, como muchos otros que están siendo partícipes de una de las mayores crisis humanitarias de la Historia. **Jordania** que es parte clave de la es-

trategia norteamericana contra Siria, haciendo parte de la coalición de los cinco países árabes liderados por Estados Unidos que bombardean el autodenominado Estado Islámico- ISIS (por sus siglas en inglés Islamic State in Irak and Syria) en Siria. **Arabia Saudita**, uno de los países más ricos y poderosos de la Península Arábiga, el cual ha manifestado su aceptación a la posición estadounidense con respecto a la Guerra Civil siria, y sobre todo su apoyo a las acciones de los grupos rebeldes sirios, desde el inicio de la Guerra Civil. Y por último, pero no menos importante, **Israel** el mayor aliado de los Estados Unidos en la región, y el cual ha efectuado ataques al interior del territorio sirio como el que se llevó a cabo en el 2013 (EL PAÍS MUNDO, 2013).

Por otro lado, los Estado que se encuentran en el otro extremo como simpatizantes del régimen de Bashar al-Assad han sido: **Irak**, el cual a pesar de ser aliado de Siria, no puede ayudar mucho ya que al igual que este debe lidiar con asuntos internos como la presencia ISIS en su territorio, el cual se ha convertido en la amenaza más seria para Irak desde que Estados Unidos y sus aliados derrocaran al presidente Sadam Hussein en 2003 (STEPHENS, 2014). **Líbano**, el cual también debe lidiar con los estragos de la guerra civil siria que traspaso sus fronteras. **Palestina**<sup>4</sup>, que aun no siendo un Estado reconocido, cuenta con el apoyo claramente anunciado en diferentes ocasiones por el presidente Sirio en su conflicto con Israel. Y finalmente, una de las potencias regionales que se impone en el conflicto es **Irán**, Estado que mantiene alianzas con Damasco y Moscú<sup>5</sup>, manifestado su apoyo al régimen sirio. Sin embargo, debido al cambio de gobierno, se está presentando una transición hacia relaciones más cordiales con Estado Unidos que involucran cooperación en algunos aspectos, así como el del Estado Islámico.

Ahora bien, con respecto al papel que desempeña Siria en la contención de conflictos de la región y por ende en la estabilidad regional, podríamos mencionar que está relacionado a tres razones, según Guerrero y Jaramillo (2013): la primera de ellas es el interés internacional por evitar una agudización de la crisis en Oriente

4. 4 Se considera importante reconocer la presencia de la nación palestina en la zona en cuestión, aunque no cuente con el reconocimiento como Estado Soberano, en la medida que influye innegablemente en la dinámica de la región.

5. <sup>5</sup> Hacia 2010, además, se había generado una especie de acercamiento entre Turquía, Irán y Siria (que el presidente al-Assad concebía exageradamente como una alianza tripartita), en la que Rusia aparecía como la superpotencia "benefactora" (PHILLIPS, 2010).

Próximo, lo que explicaría porque los Estados Unidos en cabeza del Presidente Obama, han manejado con cautela el tema de su Guerra Civil. Seguido del involucramiento sirio en la reconstrucción de Irak, apoyando las labores del gobierno Iraquí por dejar el país como era antes de la invasión de 2003. Y finalmente, por su papel en la reconciliación de Israel con el mundo árabe, que no se ha podido lograr, por lo menos no completamente en los más de 50 años que lleva tiene el Estado de Israel.

Además de lo anterior y tal como se mencionó anteriormente, Siria se encuentre ubicada en el territorio que concentra mayores reservas petrolíferas del mundo, aproximadamente entre el 70% y el 75% y que por su parte Siria tenga 2,5 mil millones de barriles de reservas comprobadas de petróleo según estadísticas del ocupando el puesto número 33 a nivel mundial (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA, 2014). Pero más allá de eso, el país sirio sido ha llamado a desempeñar un rol de importancia en la búsqueda por una nueva fuente energética que pueda, si bien no reemplazar al petróleo, por lo menos pueda servir como fuente alternativa ante la reducción de reservas y mundiales y, al mismo tiempo, sea un tipo de energía no contaminante, en días en los cuales el cuidado del medio ambiente ha de convertirse en una política de Estado. De este modo aparece *el gas* en el panorama mundial, siendo esta la principal alternativa.

El gas natural será un combustible puente o de transición esencial. Es complementario a las fuentes renovables de energía durante esta transición, no un sustituto. Integrado a una política energética coherente, inducirá a importantes desplazamientos de carbón y petróleo más rápido que cualquier otra alternativa (DOBLES, 2010, p. 3).

Por lo cual, Siria se ha convertido en objetivo de discordia entre dos de las naciones más poderosas del mundo, Estados Unidos y Rusia, precisamente porque se encuentra ubicada en una zona que también, posee la reserva de *gas más importante del planeta*<sup>6</sup>. Mostrando así, como esta región se vio implicada en los dos proyectos energéticos más importantes y de mayor escala que existen actualmente en el mundo y que compiten entre sí, liderados precisamente por dichas potencias. El primero de estos es

---

6. Las reservas de Gas Natural están concentradas en Oriente Medio (41%). Después de Oriente Medio, las principales reservas del mundo, se localizan en la Antigua Unión Soviética (31%); África (8%) y Asia Pacífico (8%) (REPSOL, 2015).

impulsado por Rusia y la empresa Gazprom denominado South Stream<sup>7</sup> y el segundo por los Estados Unidos, que surge como alternativa al anterior, conocido como Nabucco. Ambos proyectos a su vez, involucran a las naciones europeas, al ser el territorio donde abastecerán el gas.

## La significancia de Siria para Estados Unidos y Rusia.

En este orden de ideas, procederemos entonces a aludir las razones que motivaron a Estados Unidos pero principalmente a Rusia, a involucrarse en la Guerra Civil Siria, el porqué de Vladimir Putin está empeñado en defender a Siria de una invasión Estadounidense en sus más de 5 años de conflicto y como esto se relaciona con los dos de proyectos gasíferos más importantes del hemisferio Oriental: Nabucco y South Stream. Con miras a entender porque el caso Siria constituye una realidad particular difiriendo de casos anteriores como lo ocurrido en Libia<sup>8</sup>.

Rusia no solo es principal proveedor de armas del Ejército Sirio, lo que le ha rendido millones de dólares (BBC Mundo, 2013), sino también uno de los mayores aliados del presidente Bashar al-Assad, el cual le ha permitido instalar una base naval en Tartus, lo que le da a Rusia acceso al mediterráneo y el que además firmo un acuerdo por 550 millones de dólares para jets de entrenamiento de combate (YAN, 2013); entendiendo así, porque analistas internacionales han llegado a señalar que, “Siria es para Rusia lo que Israel es para Estados Unidos” (GHOTME & RIPOLL, 2014, p. 60). Precisamente, Siria se ha convertido para Rusia en un aliado estratégico por asegurar un espacio en la compleja lucha de poderes por el control de Medio Oriente, donde Estados Unidos ha dejado de ser la potencia hegemónica en la región y por lo tanto no depende únicamente de esta, la preservación del equilibrio; por el contrario

7. El proyecto propuesto por Rusia y llevado a cabo por Gazprom comprende además del South Stream un tramo denominado North Stream, el cual conecta a Rusia y Europa a través del mar Báltico (desde Viborg en Rusia hasta Greifswald en Alemania), el cual fue terminado y puesto en funcionamiento desde año 2011 y en octubre de 2012 se inauguró el segundo tramo del mismo (GABUYEV, MÉLNIKOV, & VLA, 2012).

8. En caso de Libia, se sometió a consideración del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas la intervención militar en territorio libio, la cual se aprobó al calificar la situación de disturbios y definirla como conflicto armado en la Resolución 1973 (2011). Siendo este hecho una condición casi indispensable a la hora de aplicar el artículo 42 de la Carta de las Naciones Unidas que autoriza el uso de la fuerza (PINTADO LOBATO, 2013).

ha comenzado a compartir esa posición con Rusia, Irán y, en menor medida, con China (Ghotme & Ripoll, 2014, p. 53).

Por otra parte, Rusia se propuso desde antes del 2010 a través de la empresa Gazprom, abastecer de gas a Europa a través de dos partes de un mismo proyecto denominadas, *North Stream* y *South Stream*, que como su nombre lo indican pretendían suministrar Gas a varios países europeos por el norte a través del mar báltico y por el sur a través el mar negro. El primero de estos, el North Stream – o Nord Stream- fue iniciado en el abril de 2010 y su primera línea fue concluida en junio del 2011, actualmente cuenta con 2 líneas construidas y se encuentra en funcionamiento (GAZPROM, 2014)<sup>9</sup>.

Aunque importante, no es el North Stream el que se roba la atención del presente análisis, sino su compañero: **South Stream**, debido a que en su área de suministro se encuentra la región con las mayores reservas de gas y que como si fuera poco compete en territorio por un proyecto de alcances similares que dirigen los Estados Unidos, denominado **Nabucco**. Así el South Stream es la segunda parte del proyecto liderado por Gazprom que planeaba ser iniciado en el 2012, con el cual se pretendía suministrar gas a las naciones al resto de naciones Europeas, principalmente orientales que el proyecto North Stream no cubría, o que cubría en menores cuantías. Se ambicionaba salir de la estación de Beregovaya al Suroccidente de Rusia, cruzar el Mar Negro, entrar por Bulgaria para dividirse en dos líneas la primera iría desde Bulgaria hasta alcanzar Austria, pasando por Serbia, Hungría, Eslovenia y Croacia; y la Segunda pasaría por Grecia hasta llegar a abastecer el sur de Italia.

De esta manera, para poder completar un proyecto de tal magnitud, Rusia necesitaría el apoyo de otros Estados que pudieran abastecer de gas dicho gasoducto, porque si bien es cierto que esta nación es la segunda mayor productora de Gas en el Mundo, no es esta quien cuenta con las mayores reservas, por lo cual sí Rusia quisiese asegurar el mantenimiento en el tiempo del Gasoducto South Stream, debería contar con el apoyo de naciones como Turkmenistán y otros países de Asia central que hacían parte de la ex-Unión Soviética (SIDORENKO, 2008) y sobre todo con la ayuda de Esta-

---

9. El gasoducto North Stream conecta la población de Vyborg al nororiente de Rusia con Griefswald al norte de Alemania, para luego conectarse con los otros gasoductos ya instalados en gran parte de Europa Central y llegando hasta abastecer otras naciones occidentales como Alemania, Reino Unido, Holanda, Francia, Dinamarca (GAZPROM, 2014). El proyecto fue construido en asociación con una empresa alemana Wintershall (filial de BASF).

dos Árabes que podrían hacer la diferencia entre el éxito o el fracaso de dicho proyecto.

Justamente, la importancia de Siria en esta lucha por el control del gas, radica en que, debido a los acuerdos firmados en julio de 2011 con Irak para transportar su gas<sup>10</sup> y las relaciones que mantiene con Líbano e Irán se abriría un espacio geo-estratégico que abarcaría a estos cuatro países y el cual, convertiría a Siria el principal centro de almacenamiento y producción debido a los yacimientos de gas recién descubiertos, vinculados además con las reservas del Líbano. Donde Rusia le apunta a convertirse a través de Gazprom en uno de los inversionistas y operadores más importantes de dichos yacimientos<sup>11</sup>. Además de este gasoducto, también pasa por el territorio sirio el Gasoducto Panárabe (Arab Gas Pipeline), que conecta Egipto con Libia y se planea extenderlo futuramente hasta la ciudad de Kilis en Turquía. Colocando a Siria, como un lugar estratégico para el futuro de los gasoductos que puedan abastecer Medio Oriente, pero sobre todo de aquellos que estén proyectados para suministrar gas a los Estados europeos, por la localización privilegiada del país sirio, que además tiene su puerta de acceso por el Mar Mediterráneo. Es por ello que, los firmantes del acuerdo de Damasco, el cual permite que el gas iraní pase a través de Irak y llegue al Mediterráneo, declararon en su momento que «Siria es la llave de la nueva era» (SHUEIBI, 2012).

Por su parte el proyecto Nabucco, principal competidor del gasoducto South Stream en la carrera por el control de las principales fuentes gasíferas del mundo y por su aplicación en uno de los centros políticos y económicos del mundo, como lo es Europa, fue proyectado para ser abastecido por Irak, Azerbaiyán, Turkmenistán, y Egipto en los 3,893 kilómetros de gasoductos que saldría desde Ahiboz en Turquía, pasando por Bulgaria, Rumania y Hungría, hasta llegar a Austria, del mismo modo que el South Stream. En la

10. En 2011 Siria firmó un acuerdo con Irán e Iraq, para la creación del denominado "Gasoducto Islámico" o "Friendship Pipeline". Los planes de construcción contemplan que el mismo nazca en el yacimiento gasífero de South Pars, en Irán y atraviese Iraq, Siria y el Líbano, desembocando en el Mar Mediterráneo. La segunda fase de este proyecto se enmarca en la continuación de este gasoducto bajo el Mediterráneo hasta Grecia, para de ahí ser distribuido en Europa (LOUCAU, 2014).

11. El 25 de diciembre de 2013 se firmó un acuerdo entre Siria y Rusia que permite la exploración y perforación en una zona de la costa Siria. Si se descubre petróleo o el gas natural, el grupo ruso Soyuzneftegaz, controlado por el Estado tendrá una participación de control durante veinticinco años. (...) La agencia de noticias de Siria dijo Soyuzneftegaz invertirá \$ 15 millones para la topografía costos y otros \$ 75 millones para la perforación inicial (HENDERSON, 2013).

primera etapa, se espera que los 10 mil millones de metros cúbicos -350 millones de pies cúbicos- de gas natural por año de Irak (HASSAN, 2010), mientras que Turkmenistán proporcionaría 10 millones de metros cúbicos de gas al año a través de Irán o al otro lado del Mar Caspio a través de la planeado gasoducto transcaspiano, por el cual se buscaba además, dificultar el acceso de Rusia a las Repúblicas de Asia Central (KRISHNAN SIMHA, 2013).

Sin embargo, luego de su inicio el 14 diciembre de 2011, todo comenzó a ir mal para Nabucco, ya que Estados fundamentales como Turkmenistán y Azerbaiyán<sup>12</sup> manifestaron su intención de abandonar el proyecto, logrando así por lo menos momentáneamente un equilibrio de poderes<sup>13</sup> en lo que respecta a estos dos proyectos (KRISHNAN SIMHA, 2013). Por lo cual, Estados Unidos en cabeza de Nabucco buscó la forma de balancear aún más las fuerza en esta región e impedir el avance ruso y con este el de su proyecto. De manera que, con el inicio de la Guerra Civil Siria en el 2011, esta potencia no vaciló en manifestar su apoyo al grupo rebelde denominado como Ejército Libre Sirio (FSA) -Por su nombre en inglés Free Syrian Army-, principal grupo opositor del régimen de Bashar al-Assad, con el fin de deponer al presidente al-Assad de su cargo heredado por su padre y con este lograr una transición a un sistema más favorable para los intereses de Washington.

Por tales motivos, Rusia en cabeza de su presidente Vladimir Putin, no pudo permitir que Estados Unidos consiga lo que se propone con Siria, porque Rusia tiene intereses concretos e importantes que debe defender si quiere continuar avanzado en sus proyectos gasíferos, pero sobre todo si quiere garantizar el abastecimiento de los Estados Europeos y la respectiva dependencia que la finalización del mismo generaría; modificando la lógica de poder en la región pudiendo influir en la distribución de roles en el Sistema Internacional futuramente. Así, "El control de las zonas gasíferas del mundo por parte de las antiguas potencias y de las potencias emergentes es el elemento que da origen a un conflicto internacional con manifestaciones de carácter regional" (SHUEIBI, 2012).

---

12. Azerbaiyán anunció el 26 de junio de 2013 que se retira del proyecto de gasoducto conocido como Nabucco West, entre Turquía, Bulgaria, Rumania y Hungría (Red Voltaire, 2013).

13. El deseo de autopreservación hace que los Estados que están detrás en una lucha por el poder intenten con más fuerza, según Waltz, y lleva a los Estados aliados de una potencia hegemónica potencial a cambiar de coaliciones, a fin de construir equilibrios de poder (KEOHANE, 1989).



## Relaciones cooperativas en torno al gas.

En términos funcionales, los recursos energéticos ocupan un lugar de relevancia en la política internacional del sistema global, el cual encontró en el petróleo el principal catalizador de la producción y por ende del capitalismo, tanto así que un vistazo histórico nos demuestra la relación de dependencia que guarda la lógica capitalista con mencionado recurso. Así, -el petróleo principalmente y en menor medida el gas-, se convirtieron en bienes esenciales y decisivos para su sostenimiento, así como definidores la política mundial. En este sentido, la extracción, el almacenamiento, la distribución y en general su control imprime particularidades a los países que pueden cumplir algunas de estas funciones, dándole incluso una mayor participación en el escenario internacional. En ese sentido, la supervisión y dominio de los recursos energéticos ha llegado a ser una labor otorgada a las potencias que como los Estados Unidos se auto-adjudicaron la defensa del sistema (HARVEY 2003), con el fin de mantener el orden establecido luego de la guerra fría y donde este ocupa el lugar como la potencia hegemónica.

(...) la capacidad que los estados poseen para usar sus recursos energéticos como medio de poder depende de elementos internos (reservas, capacidad de producción, voluntad), a la vez que de externos que determinan la relación energética que lo vincula con sus socios y que, en última instancia, posibilitan el uso de la energía como arma al existir una vulnerabilidad de estos (SANCHEZ ORTEGA, 2013).

En tiempos como este, donde la escases del petróleo ha hecho tambalear el sistema en épocas anteriores, y actualmente luego de la crisis financiera por la cual pasa la Unión Europea, los Estados Unidos no podrían permitirse que una amenaza tan significativa como la falta de recursos energéticos, pudiera perjudicar la supremacía de alguno de sus aliados más importantes que se encuentran en Europa. Es por ello que este análisis no estaría completo si no se examinan las relaciones de cooperación y dependencia que se generan entorno al gas.

Por consiguiente es Europa, la región donde influyen las relaciones consecuentes del choque de poderes dados entre Rusia y Estados Unidos involucradas en el caso Siria, debido a que es aquí donde se encuentran los aliados históricos más importantes para los Estados Unidos, y en la que prevalece la supremacía norteamericana, pero que,

y aún más importante debido en parte a la proximidad con el gigante ruso, mantiene relaciones comerciales interdependientes establecidas, donde una de las más visibles son aquella dadas a través del Gas, las que actualmente parecen estar encaminadas a volverse dependientes del potencial gasífero de Rusia<sup>14</sup>, como lo muestra el hecho de que, “Europa paga Rusia y sus empresas de gas aproximadamente \$250 millones de dólares para suministrar el 30% de las necesidades energéticas de Europa. Mientras que algunos países, como Armenia y Bielorrusia, dependen 100% del gas ruso” (JACOBS, 2015).

Según datos de Eurostat (2013), Rusia y Noruega compiten por el primer puesto como principal país exportador de gas hacia la Unión Europea, con una proporción de 30.9% y 31.45% respectivamente, según datos del 2013, sin embargo se evidencia una tendencia a la alza si se compara con los datos del año anterior, donde Rusia tenía una participación del 17.5% y Noruega 23.8%; aumento que se puede explicar debido a la terminación del tramo North Stream. Imaginemos entonces, cuanto más podría aumentar ese porcentaje y nivel de dependencia, si Rusia consiguiese completar la segunda parte del proyecto, el South Stream. De este modo, Estados Unidos no puede permitir que eso suceda, ya que limitaría su poder de acción en la región y comprometería las decisiones de los Estados Europeos que dependen del gas ruso, probablemente en favor del gigante ruso.

De este modo, la importancia de los dichos recursos en el sistema internacional no radica en el aumento o disminución del potencial petrolífero o gasífero y su respectivo valor nominal por parte de un Estado, por el contrario esta será definida por su función dentro del sistema y las relaciones de poder que se generarán con base en estos recursos entre los Estados, debido al rol como fluido vital que sostiene al sistema de producción global sustentado así mismo al sistema capitalista. De manera que, existen unas relaciones de dependencia desarrolladas en torno al suministro de gas de Rusia a la Unión Europea, donde se destaca Alemania<sup>15</sup> es el mayor consumidor de gas ruso en Europa.

---

14. Tal y como lo muestran los hechos actuales donde las sanciones económicas aplicadas por el conflicto en Ucrania se toman con cuidado cuando Rusia amenaza con cortar el suministro de gas a los países del viejo continente, “por eso la UE no tiene mucho interés en boicotear el sector energético ruso: es un arma en las manos de Rusia, no de Europa” (RT, 2014).

15. En 2013, Gazprom suministró a Alemania 40.18 billones de metros cúbicos de gas natural. Alemania, Italia y el Reino Unido consumen más de la mitad del total de las importaciones de gas de la UE procedentes de Rusia (JACOBS, 2015).

Otro aspecto formal que llama la atención en las relaciones de cooperación envueltas en el caso Siria, que aunque no se enlaza directamente con el gas es de vital importancia, son los cambios en las consideraciones hechas por Estados Unidos hacia el conflicto sirio, cuando el presidente Obama aceptó la posibilidad de cooperación con el régimen de Bashar al-Assad, aunque aún no lo reconociera como legítimo y continuase apoyando a los rebeldes, para combatir a un enemigo en común, Estado Islámico que a finales del 2015 había aumentado el control del territorio en gran parte de Siria e Irak, lo cual no solo representa un peligro para estos países, y para los que estas alrededor, sino para la sociedad internacional en general, pero sobre para países como Estados Unidos e Israel, a los cuales ISIS le declaró la guerra directamente. Situación que muestra que “el comportamiento de las unidades del sistema (Estados) se explica más en los constreñimientos estructurales del sistema que en los atributos o características de cada una de ellas (Waltz: 1979: 88-97).

## Anotaciones finales

En el ámbito de las ganancias absolutas y relativas que se generaron en el caso estudiado. Se comenzará por señalar tres tipos de ganancias relativas que los Estados involucrados han obtenido en el corto plazo, ya que son estos los que se presentaron de manera más pronunciada por la características del conflicto de intereses entre las dos potencias involucradas.

Como primer aspecto tenemos *el equilibrio de Poderes*, este es una de las ganancias relativas más importantes que ha dejado el conflicto de intereses entre Estados Unidos y Rusia en Siria hasta el momento, porque relaciona a los dos proyectos gasíferos que ambos lideran Nabucco y South Stream, respectivamente. Ya que los Estados Unidos y sus aliados europeos en el proyecto Nabucco afrontaron decepciones tempranas referentes a la posibilidad de que no se realizara el proyecto, la salida definitiva de proveedores de gas estratégicos como Turkmenistán y Azerbaiyán, debilitaron tanto en proyecto que en el 2013, la prensa internacional e internacionalistas creían que era imposible continuar con el proyecto, “la construcción de la parte este del proyecto Nabucco se había hecho altamente improbable desde diciembre de 2011 y la retirada de Azerbaiyán de la parte este, parece poner fin definitivamente a ese

proyecto de Estados Unidos” (Red Voltaire, 2013). Sin embargo, aunque Estados Unidos no supo lidiar con estos problemas, pero sobre todo no pudo asegurar la lealtad o el compromiso de países que históricamente no había figurado como sus aliados, si supo maniobrar adecuadamente con los Estados que si lo eran, como Francia, Inglaterra y hasta Alemania, para presionar a los como Bulgaria para que impidieran que el proyecto South Stream pasara por su país y con esto cortaron la línea vital del mismo, impidiéndole así su acceso a Europa, por lo cual será sustituido por un nuevo ramal en dirección a Turquía (GONZÁLEZ CLAROS, 2014), que permita aprovechar el tramo que hasta el momento se había construido; argumentando que, “en paralelo a la expansión nuclear, los gasoductos constituyen «los largos dedos del Kremlin», abriendo el camino para la influencia política como económica” (THORPE, 2014). Todo esto, como medidas de contención, después que Rusia intercediera en el conflicto Ucraniano y decidiera anexionar a Crimea a su territorio, decisión que como es lógico dejó molestos a Estados Unidos y varios de sus aliados europeos. Mostrando así que, ambas potencias se han limitado mutuamente, restringiendo el poder de alcance del contrincante y comprometiendo los beneficios relativos que puedan generar las acciones realizadas a los proyectos gasíferos, sirviéndose como muro de contención entre sí, imposibilitando que se alcance una posición de superioridad en la región (Armitage, 2007, CSIS Commission on Smart Power: A smarter, more secure America) en disputa.

El segundo de estos aspectos, *legitimidad y prestigio*. El cual, es particularmente visible en el caso de los Estados Unidos, ya que este país habría evitado la pérdida de legitimidad a nivel internacional y sobre todo a nivel nacional, ampliamente cuestionada posteriormente de la invasión de Irak en el 2003 por parte del entonces presidente George W. Bush –hijo-, cuando decide respetar el poder de veto y la decisión de los países que le impedían invadir Siria. De esta manera, gana prestigio en la medida que no inicia otra guerra injustificada en Medio Oriente y se ahorra el costo de otra intervención para la población norteamericana. Demostrando que, por muy poderosos que sean los Estados también necesitan lo que Inis Claude llamo de “legitimación Colectiva” (CLAUDE, 1967, citado en KEOHANE, 1989, p.36), tal vez porque solo la ONU puede dar una base global a una política de Estado” (SÁNCHEZ CABARCAS, 2013), por lo tanto, potencias como Estados Unidos deben legiti-

mar además con su accionar y decisiones, el sistema internacional actual que los privilegia y que este ayudo a formar.

Por otra parte, en el caso de Rusia, esta nación gana prestigio, en la medida que iguala fuerzas con Estados Unidos al interior de Medio Oriente, mostrándose nuevamente como un Estado poderoso como lo había sido en el pasado antes de la caída del muro de Berlín de la crisis financiera rusa. Así, son evidente los intereses rusos por actuar en la región y servir de contraparte a la política estadounidense en Medio Oriente.

Como último aspecto tendríamos *el evitar un conflicto de mayor escala*, ya que al no intervenir en Siria, Washington no atenta directamente contra los intereses de Moscú, evitando un enfrentamiento con los costos intrínsecos que implicaría la colocación en el panorama regional y global de un conflicto de suma cero, donde solo uno pudiese resultar vencedor y por el contrario se permiten que las relaciones entre ellos este en el margen de lo que Esther Barbé (1995) denominó el continuum *conflicto-cooperación*. Así, Estados Unidos no se arriesga a perder el control que aún mantiene en la región, aunque actualmente tenga que compartir espacio con Rusia, Irán y hasta China, en el liderazgo de Medio Oriente. Lo que le genera como es lógico activos financieros importantes por sus relaciones comerciales en la región; y por el lado de Rusia, este país asegura no solo un aliado sino los abastecimientos de gas en Siria aprovechando sus condiciones geoestratégicas debido a la continuidad en el poder de Bashar al-Asaad y la posibilidad de continuar con sus proyectos energéticos o iniciar unos nuevos.

Ahora bien, en el terreno de las ganancias absolutas que quizás sean más difíciles de mensurar que las relativas, podemos mencionar una en especial, y es aquella presentada por Rusia que podrían darse en el largo plazo, en la medida que los beneficios obtenidos por Rusia con la apoyo dado a Siria, podrían irse maximizando hasta convertirse en una ganancia absoluta debido a las relaciones de dependencia al que estarían expuestas las naciones europeas, ya que sus sistemas productivos deben adecuarse a este proyecto energético que abastecerían a Europa, casi por completo y que en las condiciones actuales el país Sirio es indispensable para su realización. Y por el lado de Siria, esta relación con Rusia le es benéfica al régimen de Bashar al-Assad puesto que lo protege de una eventual intervención Americana que muy seguramente acabaría con el mismo, permitiéndole así, continuar en el poder.

## Referencias

- AGENCIAS. EE UU y Turquía entrenarán y equiparán a la oposición siria. **El país**, 19 de febrero de 2015. Disponible en: [http://internacional.elpais.com/internacional/2015/02/19/actualidad/1424376595\\_163717.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2015/02/19/actualidad/1424376595_163717.html).
- AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert. Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**, 1985, p. 225-254.
- BARBE, Esther. **Relaciones Internacionales (1 edición)**. Barcelona: Tecnos, 1995.
- BBC Mundo. Las razones por las que China, Rusia e Irán se oponen a la intervención en Siria. **BBC Mundo**. 29 de Agosto de 2013. Disponible en: [http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2013/08/130828\\_siria\\_posicion\\_aliados\\_china\\_rusia\\_men](http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2013/08/130828_siria_posicion_aliados_china_rusia_men).
- BP Global. **Statistical Review of World Energy**. 2015.
- DOBLES, Roberto. **El Papel del Gas Natural Gas en el Nuevo Paradigma Energético del Siglo XXI**. San Jose, Costa Rica: AMCHAM, 2010.
- EGAN, Matt. **El desplome del petróleo es una tendencia en 2016**: Analistas. 08 de enero de 2016. <http://expansion.mx/economia/2015/12/21/el-desplome-del-petroleo-podria-empeorar-en-2016>.
- EL PAÍS MUNDO. Siria amenaza atacar a Israel y crece temor a conflicto regional. **El País**. 07 de mayo de 2013. Disponible en: <http://www.elpais.com.uy/mundo/siria-amenaza-atacar-a-israel-y-crece-temor-a-conflicto-regional.html#>
- EUROSTAT. Natural gas consumption statistics. **Eurostat**: Your Key to European statistic. 2 de abril de 2015. Disponible en: [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Natural\\_gas\\_consumption\\_statistics#Further\\_Eurostat\\_information](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Natural_gas_consumption_statistics#Further_Eurostat_information)
- GABUYEV, Alexander; KIRILL, Mélnikov; VLA, Kommersant. Gazprom une Alemania y Rusia con el gasoducto Nord Stream. **Russia beyond the headlines**. 9 de octubre de 2012. Disponible en: [http://es.rbth.com/articles/2012/10/09/gazprom\\_une\\_alemania\\_y\\_rusia\\_con\\_el\\_gasoducto\\_nord\\_stream\\_20625.html](http://es.rbth.com/articles/2012/10/09/gazprom_une_alemania_y_rusia_con_el_gasoducto_nord_stream_20625.html)
- GAZPROM. **Secure Energy for Europe: The Nord Stream Pipeline Project**. Nord Stream, 2014.
- GHOTME, Rafat, y RIPOLL, Alejandra. Las relaciones internacionales de la guerra civil siria: estados unidos y rusia en la lucha por el poder internacional. **Revista de Relaciones Internacionales Estrategia y Seguridad**. v. 9, n. 2, p. 49-76, 2014.
- GONZÁLEZ CLAROS, Miguel Ángel. Cambio en la geopolítica de la energía europea: el proyecto South Stream se cancela. **Diagonal Global**. 20 de diciembre de 2014. Disponible en: <https://www.diagonalperiodico.net/global/25112-cambio-la-geopolitica-la-energia-europea-proyecto-south-stream-se-cancela.html>
- GUERRERO TURBAY, Marcela; JARAMILLO JASSIR, Mauricio. Irán y Siria, una política exterior cambiante. Análisis comparado de sus vinculantes internos y sus regiones de influencia. **Civilizar**, v. 13, n. 24, p. 137-156, 2013.

HARVEY, David. **The New Imperialism. Clarendon Lectures in Geography and Environmental Studies**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2003.

HASSAN, ATEF. **Nabucco sets sights on Iraq**. 30 de septiembre de 2010. <http://www.upstreamonline.com/live/article1200192.ece>.

HENDERSON, Simon. Russia-Syria Offshore Gas Deal Injects New Factor into Peace Talks. **The Washington Institute**. 27 de diciembre de 2013. Disponible en: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/russia-syria-offshore-gas-deal-injects-new-factor-into-peace-talks>

JACOBS, Harrison. These 4 charts illustrate Russia's gas leverage over Europe. **Bussines Insider Uk**. 2 de febrero de 2015. Disponible en: <http://uk.businessinsider.com/russias-gas-leverage-over-europe-2015-2>.

KEOHANE, Robert. **Instituciones internacionales y poder estatal : ensayos sobre teoría de las relaciones internacionales**. Buenos Aires: GEL, 1989.

KRISHNAN SIMHA, RAKESH. **Nabucco: el gaseoducto que se convirtió en sueño imposible**. 4 de junio de 2013. [https://es.rbth.com/cultura/tecnologias/2013/07/04/nabucco\\_el\\_gaseoducto\\_que\\_se\\_convirtio\\_en\\_sueno\\_imposibl\\_29687](https://es.rbth.com/cultura/tecnologias/2013/07/04/nabucco_el_gaseoducto_que_se_convirtio_en_sueno_imposibl_29687).

LOUCAU, Alejandra. Siria y la ruta del gas. **Geopoliticamultipolar**. 18 de Noviembre de 2014. Disponible en: <http://geopoliticamultipolar.blogspot.com/2014/11/siria-y-la-ruta-del-gas.html>.

MATTHIESEN, Tatiana. ¿Cuál es la teoría más adecuada para explicar las relaciones colombia-estados unido entre 1986 y 1994?. *Colombia Innternacional* 45, pp. 39 - 53, 1999.

NIOU, E. M.; ORDESHOOK, P. C. **Less Filling, Tastes Great: The Realist-Noliberal Debate**. *World Politics*, v. 46, n. 02, p. 209-234, 1994. ISSN 1086-3338.

PETROLLINI, Darío. **Realismo ofensivo y realismo defensivo: el debate intrarrealista**. Centro argentino de estudios internacionales, v. 27, p. 1-9, 2012.

PINTADO LOBATO, Montse. **El Consejo de Seguridad de la ONU y la intervención en Libia**. Leioa, Vizcaya, España: Universidad del País Vasco, 2013.

REPSOL. **Gas Natural: reservas, producción y consumo**. 05 de abril de 2015. Disponible en: [http://www.repsol.com/es\\_es/corporacion/conocer-repsol/contexto-energetico/reservas-produccion-consumo-gas-natural.aspx](http://www.repsol.com/es_es/corporacion/conocer-repsol/contexto-energetico/reservas-produccion-consumo-gas-natural.aspx).

Red Voltaire. **Azerbaiyán se retira del proyecto Nabucco**. *Voltaire.net*. 28 de Junio de 2013. <http://www.voltairenet.org/article179171.html>.

SALOMÓN, Mónica. **Teoría de las relaciones internacionales en los albores del siglo XXI: diálogo, disidencia y aproximaciones**. CIDOB d'Afers Internacionls, p. 7-52, 2002.

SANCHEZ ORTEGA, Jose Antonio. **Poder y Seguridad energetica en las Relaciones Internacionales**. Granada: REUS, 2013.

SHUEIBI, Imad Fawzi. **Siria, centro de la guerra del gas en el Medio Oriente**. *Red Voltaire*. 13 de 05 de 2012. Disponible en: <http://www.voltairenet.org/article174146.html>. último acceso: 12 de 05 de 2014.

SIDORENKO, Tatiana. **La política energética Rusa y su proyección en Asia.** *Foro Internacional*, pp. 886-913, 2008.

STEPHENS, Michael. **Irak: ¿es solo extremismo lo que alimenta a ISIS?**. *BBC Mundo*, 22 de junio de 2014. Disponible en: [http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2014/06/140621\\_extremismo\\_real\\_combatientes\\_isis\\_irak\\_bd](http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2014/06/140621_extremismo_real_combatientes_isis_irak_bd).

THORPE, Nick. **Was Russia's South Stream too big a 'burden' to bear?** *BBC News*. Disponible en: <http://www.bbc.com/news/world-europe-30289412>. 3 de December de 2014

VIVES LLABRÉS, Antonio, y MILLÁN ANGEL, Jaime. **El Sector energético en el umbral del Siglo XXI: Tendencias y Retos.** *Inter-American Development Bank*. Santiago de Compostela, España, 1999.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics.** Waveland Press, 2010. ISBN 1478610530.

YAN, Holly. **Los aliados de siria: cuáles son los intereses de rusia, irán y china.** 29 de agosto de 2013. <http://expansion.mx/mundo/2013/08/29/los-aliados-de-siria-cuales-son-los-intereses-de-rusia-iran-y-china>.



## Sobre os autores

### **Ana Carolina Felix Campos**

Graduada em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico  
anacarolinafc05@gmail.com

### **Carolina Barreto Cristofaro**

Graduada em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico  
cbcrisofaro@gmail.com

### **Jean Marcio Felisberto Bassano**

Graduado em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico  
jeanfbassano@gmail.com

### **Paula Cirino Ribeiro Caetano**

Graduada em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico  
paula.cirino.ribeiro@gmail.com

### **Rafaella Carnevali**

Graduada em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico  
carnevali.rafaella@gmail.com

### **Rogger Alves Marinho**

Graduado em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico  
rogger.alvmarinho@gmail.com

### **Stefânia Rezende Moreira**

Graduada em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico  
stefania-oliver@hotmail.com

**Thaís Caxito Melo**

Graduada em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico  
thaiscaxito@gmail.com

**Vanessa Miguel Chamma**

Graduanda em Relações Internacionais – Universidade Anhembi Morumbi  
vanessachamma@gmail.com

**Victor Castro de Araújo**

Graduado em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico  
victorcdearaujo@gmail.com

**Yulieth Estefani Martinez Villalba**

Graduanda em Negócios Internacionais pela Universidad del Magdalena (Colômbia)  
yulieth.martinez08@gmail.com

# Chamada de Artigos

**FRoNteiRA**, Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, publicada pelo Curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, dirige-se aos estudantes de cursos de graduação de Relações Internacionais do Brasil – embora aceite artigos de graduandos em outros cursos e/ou de fora do país. Projetada para ser um fórum permanente de expressão e debate entre estudantes, a revista tem como objetivo estimular a iniciação científica. A sua qualidade, reconhecida pelo processo de classificação Qualis/Capes, é assegurada por um Conselho Editorial composto por professores e pesquisadores de todo o país.

## **Entrega de artigos**

A Revista *Frenteira* opera em fluxo contínuo. Os artigos serão analisados conforme ordem de chegada.

## **Normas de produção**

O artigo deve ser entregue em formato .doc pelo sistema da Revista *Frenteira*, em que o(s) autor(es) deverão cadastrar suas informações, como, por exemplo, nome completo do autor, o curso de graduação a que está vinculado, telefone e e-mail de contato.

A *Frenteira* atenta ainda para as seguintes considerações:

- 1- O autor deve estar cursando, obrigatoriamente, o nível de graduação ou ter concluído o curso há, no máximo, um ano;
- 2- Os artigos enviados devem ser inéditos;
- 3- Todo e qualquer artigo enviado à Revista *Frenteira* será submetido ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão soberana acerca do mérito da proposta;
- 4- Os artigos devem ser gravados e impressos em Word, com texto digitado em espaçamento duplo, *Times New Roman* e corpo 12. Devem conter, obrigatoriamente, entre 30 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços; notas; referências; e pala-

vas e caracteres de quadros, gráficos e tabelas). Além disso, devem ser acompanhados por *abstracts*, resumos de 500 a 800 caracteres em português e em inglês, com quatro a seis palavras-chave, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos utilizados e das principais conclusões alcançadas;

5- Os quadros e gráficos devem ser apresentados em folhas separadas do texto corrido, numerados e titulados, com indicação das unidades em que se expressam os valores e fontes correspondentes. Os gráficos e tabelas devem se apresentar, sempre que possível, confeccionados para sua reprodução direta;

6- As notas devem ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais do texto. Devem ser alocadas ao final da página, iniciar-se com a chamada numérica recebida no texto, em corpo 10, usando-se espaçamento simples entre linhas e espaçamento duplo entre notas;

7- Citações, quando necessárias, devem seguir a regra: se menores de três linhas, são inseridas diretamente no texto, entre aspas; se maiores de três linhas, devem constituir parágrafos independentes com espaçamento simples e margem esquerda de 4 cm. Em sequência a cada citação, devem aparecer o sobrenome do autor, o ano da publicação e o número de página;

8- As referências devem vir ao final do texto, em ordem alfabética, com título do livro ou periódico em negrito. A referência deve conter, na ordem, sobrenome do autor, nome do autor, título, edição local, editora, data. No caso de periódico, é necessário incluir o nome do mesmo após o título do trabalho;

9- Qualquer dúvida quanto às normas aqui citadas ou a outros modelos de publicação, pede-se seguir as normas da ABNT (para mais informações, verificar [http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao\\_artigos.pdf](http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf));

10- A *Fronreira* se reserva o direito de alterar os originais, a fim de adequá-los às regras acima descritas;

11- Os trabalhos e artigos são de inteira responsabilidade de seus autores, de forma que a Revista *Fronreira* e seus conselheiros não assumem a responsabilidade pelas opiniões expressas.

Telefones para contato: (31) 3319-4257 e (31) 3319-4935. Para mais informações, favor enviar e-mail para [fronteira@gmail.com](mailto:fronteira@gmail.com).

Atenciosamente,

**Conselho Executivo da Revista *Fronteira*.**

Prof. Javier Alberto Vadell

Prof. Leonardo César Souza Ramos

Bárbara Lopes Campos

Guilherme di Lorenzo Pires

Matheus de Abreu Costa Souza

Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes

Vinícius Tavares de Oliveira

